



**São Paulo, 28 a 30 de abril de
2006.**

Discurso do Presidente Lula

No último dia 28, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da abertura do 13º Encontro Nacional do PT, que ocorreu até o dia 30, em São Paulo. Na ocasião, Lula discursou durante cerca de 1 hora e 10 minutos a quase 2.000 petistas presentes, entre delegados, observadores e convidados. O presidente detalhou avanços de sua gestão, fez críticas à oposição e cobrou "maturidade" do PT para a disputa política deste ano.

Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no 13º Encontro Nacional do PT (28 de abril de 2006)

Meus companheiros, minhas companheiras,

Vocês sabem a alegria de voltar aqui, depois de mais de 30 meses. O último encontro do PT de que eu participei foi o encontro de Recife. Até então, nós não tínhamos ainda definido quem era o candidato a presidente da República. Cá estou eu, com uma série de dificuldades, porque passei parte dos últimos 30 anos falando mal dos governos. E cá estou eu como governo. Portanto, não posso "*hablar*" de mim mesmo.

Quero agradecer, aqui, a participação das delegações estrangeiras. A todos os companheiros e companheiras que deixaram o seu país. Uns da China, uns da Alemanha, outros da América Central.

Quero citar um nome para cumprimentar a todos os companheiros, porque esse nome me lembra 19 de julho de 1980, quando eu participei do primeiro aniversário da Revolução Sandinista.

Foi lá que, pela primeira vez, eu pude conhecer Tomás Borges; pude conhecer Daniel Ortega; pude conhecer Fidel Castro; pude conhecer Arafat, e outras figuras importantes da nossa América e do mundo político.

Mas uma coisa que me impressionou foi a leitura que o Tomás Borges, membro da Frente Sandinista, fez de uma carta-compromisso do governo sandinista com o povo da Nicarágua.

Certamente, aquela carta retratava o sonho de jovens que, durante anos, lutaram para derrubar a ditadura somozista. E, certamente, depois da passagem pelo governo, o Tomás Borges deve, de vez em quando, reler aquela carta-compromisso. E ele sabe que não foi possível cumprir tudo o que estava contido nos sonhos da carta-compromisso com o povo da Nicarágua.

Mas, de qualquer forma, o tempo passou e a Frente Sandinista - que nunca deixou de existir, mesmo nos momentos mais difíceis -, hoje, está a um passo, ou, pelo menos, a pouco tempo, com muitas possibilidades de "*volver*" ao governo com nosso companheiro Daniel Ortega ganhando as eleições.

Eu estou começando com a Frente Sandinista para voltar ao nosso querido Brasil, ao nosso querido PT, e à nossa querida esquerda da América Latina.

Eu não sei se os nossos historiadores saberão medir, no futuro. Porque alguns já fizeram o julgamento. Nem bem começou a crise, já tinha uma penca de livros dizendo que o PT tinha acabado. É impressionante. Eu penso que as pessoas já tinham escrito aquilo, antes de eu ganhar. Apenas publicaram.

Vladimir, você não estava no Brasil ainda, estava exilado, quando nós fizemos uma greve aqui no Brasil. E um cidadão que tinha voltado do exílio, com 45 dias fez o julgamento da greve e escreveu um livro.

No dia em que eu estava lançando um livro na Brasiliense, contando a história

dos metalúrgicos do ABC, esse cidadão, que fazia apenas 45 dias que estava no Brasil, estava distribuindo um livro julgando o equívoco da greve.

Por conta disso, eu queria dizer para vocês o que tem acontecido no nosso Brasil e no nosso PT.

Está aqui o nosso companheiro Zé Dirceu. Certamente, falta entre nós outros companheiros.

Mas o que acontece, de verdade, é que o PFL e o PSDB estão dando uma pequena lição à esquerda, meu caro Renato Rabelo, meu caro companheiro do PSB e companheiro do PT. O PFL e o PSDB estão nos dando uma lição de como fazer oposição nesse país. Eles estão dizendo para nós que nós éramos "fichinhas" quando fazíamos oposição. Porque nós éramos cheios de melindres; nós tínhamos muito respeito; nós não atacávamos as pessoas; nós não atacávamos moralmente; nós não mexíamos na família, que para nós é um valor sagrado; nós não mexíamos na relação pessoal das pessoas.

Eles, que reclamavam de nós, estão dizendo pra nós: "vale tudo, sendo oposição vale tudo".

Nesses 36 meses, 39 meses de governo, e nesse um ano em que nós estamos sob uma saraivada enorme de tiros, vocês não me viram reclamar de ninguém. Não reclamei de uma única pessoa; não falei mal de nenhum governador; não falei mal de nenhum deputado; não falei mal de nenhum prefeito; não falei mal de nenhum senador.

Nem vou falar, até porque vocês me elegeram para governar e não para falar mal dos outros.

Mas eu queria chamar a atenção do PT para uma coisa importante.

Nós precisamos estar preparados para reconhecer quando erramos. Nós precisamos estar preparados para receber o julgamento do povo brasileiro. Nós precisamos estar preparados para receber o julgamento da Justiça neste país.

Mas nós não podemos aceitar que os adversários - alguns se colocando até como

inimigos - sejam os julgadores do Partido dos Trabalhadores e do futuro do Partido dos Trabalhadores.

Não podemos aceitar. Porque a história está cheia de exemplos. A história brasileira está cheia de exemplos em que, muitas vezes, nós nos calamos quando um companheiro nosso é atacado.

Essa é uma deficiência que muitas vezes nós temos. É uma deficiência do julgamento precipitado. É uma deficiência de achar que alguém é culpado antes de ser provado se ele é culpado, apenas porque alguém disse que ele é culpado.

Eu duvido que tenha no mundo um defensor, maior do que eu, da liberdade de imprensa. Duvido. Agora, uma parte da imprensa sabe que ela não tem sido democrática comigo. E eu não vou me queixar. Não vou mandar nenhuma carta para nenhum dono de jornal. Não vou mandar nenhuma carta para nenhum dono de televisão. E nem para dono de revista. Não mandarei.

Eu trabalho com a certeza de que o julgamento disso tudo se dará pela compreensão e pela maturidade política que o povo brasileiro está adquirindo nesta crise e nesse momento.

Não é apenas agora que isto está acontecendo.

Eu, a vida inteira, a vida inteira, meu querido Waldir Pires, eu apanhei muito. A vida inteira lançaram páginas e mais páginas de preconceito. E eu nunca respondi e não vou responder.

Eu não vou responder porque eu tenho a dimensão histórica do que está acontecendo no Brasil. Eu tenho a dimensão histórica do que aconteceu neste país ao longo de toda a sua história.

Eu tenho noção do que uma parte muito pequena da elite política brasileira faz com aqueles que ocupam postos que eles pensavam que eram só deles, ao longo da história desse país.

Meus queridos, isso exige uma dosagem de paciência muito grande. E a Marta sentiu isso na pele. A Luiza Erundina sentiu isso na pele. O Olívio Dutra sentiu isso na pele no Rio Grande do Sul. O Fritsch sentiu isso lá em Santa Catarina. O

mesmo que está acontecendo comigo aconteceu com o Fritsch lá em Chapecó. E, aqui, outros companheiros, pra não citar todos.

Por eu ter consciência do que está acontecendo no Brasil, e ter consciência do que está acontecendo na nossa querida América Latina, eu me "*quedaré tranquilo, muy tranqüilo*". Estou falando um pouco em espanhol, aqui, para que meus companheiros entendam...

Olhem, quando nós tivermos dúvida do que está acontecendo, quando nós tivermos inquietações sobre a política, olhemos um pouco além da fronteira do Brasil. Deixemos de olhar um pouco para a Europa e os Estados Unidos, e olhemos para América Latina.

Vejamos o que aconteceu nesta América Latina, sobretudo na América do Sul, nestes últimos 36 meses.

Depois da minha eleição, veio a eleição do presidente Kirchner. Veio a eleição do presidente Nicanor Duarte, no Paraguai. Depois veio a eleição do Lucio Gutiérrez, no Equador. O companheiro Chávez já estava lá numa situação muito mais complicada do que a situação que estamos vivendo neste momento. Depois veio o companheiro Tabaré. Já tinha o companheiro Lagos.

Nós estamos percebendo que o quadro político culmina com a eleição do companheiro Evo Morales.

Hoje, a imprensa me perguntava se eu não ia responder ao Evo Morales. Eu dizia para a imprensa: meus filhos, eu tive tanta paciência, nesses trinta e seis meses. Eu não briguei nem com o presidente Bush, por que eu vou brigar com o Evo Morales?

O Evo Morales é um companheiro nosso, que eu conheço muito antes de ser presidente da República. E que, portanto, as coisas que estão acontecendo, nós vamos resolver numa mesa de negociação.

Eu sei o problema dele. Sei as angústias. E nós precisamos saber que, um país do tamanho do Brasil, que tem a maior economia do continente, precisa ter solidariedade e ter gestos para ajudar os países mais pobres.

Portanto, não há momento no século XX em que a América Latina tenha chegado ao nível que chegou hoje. Não há. Ainda com possibilidade de uma eleição boa no Peru. Ainda com a possibilidade de uma eleição boa no México. São coisas que vão dar ao continente um perfil político que ele ainda não conheceu no século XX, a não ser em alguns lugares.

Isso é novo. O Brasil nunca se importou com a América Central. Nunca se importou. Porque, para o Brasil, não interessava a América Central.

Este mês, além da visita que o Marco Aurélio tem feito sistematicamente, em meu nome, o ministro Celso Amorim já viajou várias vezes para a América Central. Agora, vai o ministro Furlan com uma delegação de empresários à América Central para fazer reuniões com os presidentes e os empresários locais. Porque o Brasil tem consciência de que ele não pode ser um país rico cercado de países pobres.

Nós queremos provar que o século XXI pode ser o século da América Latina, o século da América do Sul.

Estas coisas não aconteceram com facilidade. Foram 29 viagens que eu fiz à América do Sul. E recebi 19 presidentes de países aqui, porque alguns vieram mais de uma vez.

Temos problemas. Estamos vendo agora o problema das papeleiras entre o Uruguai e a Argentina. Estamos vendo problemas entre a Bolívia e o Brasil, a Bolívia e a Argentina.

Tudo isso são inquietações do exercício da democracia. E a gente não deve imaginar que isso é o fim, que isso é um martírio definitivo. Não. Isso é apenas um vento mais forte e, certamente, teremos a sabedoria de fazer com que este vento se transforme numa brisa saudável para todos nós.

Eu trabalho com essa fé. Nesta semana tive uma reunião com o presidente Kirchner e com o presidente Chávez. Para que a gente acertasse, do ponto de vista estratégico, o que nós queremos na nossa relação com a América do Sul. Porque ninguém pode cometer um erro. Tem muita gente com a expectativa de que nós cometamos um erro. E nós sabemos que, se tem um lugar no mundo

em que existe experiência de golpe, é na América Latina; de que existe experiência de derrubada de governo, é na América Latina.

Portanto, a democracia, para nós, não é uma coisa menor. A democracia, para nós, é uma coisa superior e temos que exercê-la com a sabedoria de quem já viveu tempos difíceis aqui neste continente.

De forma que estou muito tranqüilo, porque os céticos nos criticaram quando nos voltamos para a América do Sul, para a América Latina, para a África, para o Oriente Médio. Nos criticaram quando estabelecemos uma parceria estratégica com a China. Me criticaram quando eu estabeleci o direito de a China ser tratada como economia de mercado.

Fiz isso porque, pelo poderio da China, eu prefiro que os chineses estejam junto de nós na OMC, do que separado, sozinho. Ou seja, se é para discutir, vamos discutir numa mesa, todo mundo junto.

Hoje, nós consolidamos uma política externa, que eu diria, soberana, respeitosa sem ser subalterna e leal entre todos nós.

Posso dizer para vocês que, um dia, os historiadores desse país vão escrever que este momento foi, possivelmente, o momento de maior ação soberana do país na sua relação com o resto do mundo.

Por isso, minha gratidão à presença de vocês neste encontro do Partido dos Trabalhadores.

Mas companheiros, e companheiras,

Eu, esses dias, estava vendo um documentário num canal de televisão. E eis que, de repente, vejo o Vladimir Palmeira fazendo um discurso na famosa passeata dos Cem Mil. Cabelo preto. E eu fiquei imaginando que, hoje, com exceção da ditadura militar, nós seríamos capazes de fazer um discurso querendo as mesmas coisas que se falava naquela época.

Estou vendo o Lindberg, aqui, o nosso líder estudantil, revolucionário, prefeito de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. E eu lembro de uma conversa que eu tive com esse menino. Renato, eu tinha vontade de convidar o Lindberg para vir para o PT,

há muito tempo. Vou te confessar isso, que eu já disse pra ele. Eu tinha vontade de convidá-lo, quando ele era presidente da UNE. Nunca o convidei por respeito ao PCdoB. Nunca o convidei. Depois, fiquei muito magoado porque ele saiu e foi logo para o PSTU. Depois, veio para o PT e se juntou a um grupo de companheiros, que também já não está no PT. Um dia, eu o convidei para ir em casa. Ele e um grupo de deputados. E, cada vez que eu estava conversando com ele, um companheiro deputado logo gritava: “Ô, Lula, ele é traidor”. Como eu já tinha vontade de conversar com ele, eu puxei ele para um canto e falei: “ô, menino, eu quero saber o seguinte: o que você quer ser da vida? Você quer se transformar num líder político, numa pessoa que possa ter uma projeção nacional, fazendo as coisas acontecerem nesse país, ou você vai ser um eterno líder estudantil?” Olhe, eu não sei se foi essa conversa, mas o dado concreto é que esse menino voltou para o Rio de Janeiro, fez as alianças que o Vladimir deve ter ajudado. Deve ter ajudado. Só pode ter o dedo do Vladimir, aí. E, hoje, esse menino - com respeito a todos os outros -, esse menino é uma referência extraordinária do nosso partido na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

Eu estava aqui pensando, depois de ouvir o José Alencar — que podia ter se filiado ao PT e não se filiou. E agora não pode mais, só depois —, que eu não queria ficar aqui dizendo das coisas que nós fizemos. Possivelmente, aqui, outros companheiros vão falar durante esse debate. E, certamente, vão dizer de coisas que estão acontecendo.

Eu queria apenas dizer para vocês que os estudiosos do PT poderiam pesquisar. É tempo de pesquisa, porque estamos em tempo de enfrentamento. Estamos em tempo de embate.

Eu não queria medir o nosso governo com o governo passado. Porque, aí, é a mesma que o Corinthians jogar com o Íbis. Eu não queria. Eu queria comparar o nosso governo à história republicana do nosso país.

Eu queria comparar, João Felício, a participação dos trabalhadores na construção da democracia e das políticas públicas do governo, ao longo de toda a República brasileira. Aliás, eu gostaria de comparar a participação de trabalhadores no governo na história do mundo com o que está acontecendo no Brasil. Em que momento os trabalhadores estiveram tanto no poder como estão agora nesse país?

Eu queria comparar em que momento os negros foram tratados com a respeitabilidade e com a participação política que têm hoje. Enquanto se discute cota para negro na universidade, o ProUni já colocou mais de 40 mil jovens afro-descendentes na universidade brasileira.

Hoje eu fui ao mutirão da Caixa Econômica. E fui cumprimentar as pessoas no balcão. Não fizemos nenhum ato. Eu fui lá cumprimentar as pessoas que estavam — mulheres e maridos — tentando escolher casa. E fui cumprimentar, Benedita, uma companheira negra, com uma criança no colo, que levantou e me deu um beijo e disse: “meu querido presidente, graças a você, eu consegui uma vaga no ProUni, e estou cursando uma universidade, que eu nunca pensei em ter chance na vida de cursar”.

Eu quero saber, na história republicana deste país, em que momento os indígenas foram tratados com o respeito que estão sendo tratados. Que o movimento social foi tratado com o respeito que tem sido tratado. E com participação nas decisões.

Eu gostaria de saber em que momento da história republicana as mulheres tiveram a participação política que têm hoje no nosso governo.

Mas eu gostaria de saber mais.

Eu gostaria de saber... e está aqui o nosso ministro do Trabalho, o ex-presidente da CUT, o Marinho; está aqui o presidente da CUT; meu companheiro João Paulo. Eu fui dirigente sindical, durante muito tempo. E dos bons. Eu era um bom dirigente sindical. Pra época. Pra época. Certamente, hoje, o pessoal está mais qualificado.

Eu passei grande parte da minha vida — é importante que as delegações estrangeiras ouçam isso —, eu passei grande parte da minha vida fazendo greve e voltando a trabalhar sem conseguir nada além da inflação. E achávamos que era vitória.

Vocês, aqui, conhecem o discurso. A gente pedia 83% ou nada. Normalmente, ficava sem nada. Normalmente, porque não tinha margem de manobra. Era tudo

ou nada. Você também foi assim, Rossetto. Depois você amadureceu, como eu, obviamente.

Ou seja, estão aqui os companheiros dirigentes sindicais. Nestes últimos 24 meses, 90% dos acordos feitos pelos trabalhadores brasileiros são com ganhos reais de salários. Coisa que não acontecia há muito, muito tempo. Eu passei 15 anos da minha vida indo na porta de fábrica chorar. O meu nome, sabe como era, Renato Rabelo? "Levanta Moral". É, porque esses meninos faziam greve... E quando a porca entortava o rabo, que não tinha... Porque eles faziam greve quando as empresas estavam mandando embora. A empresa está em crise, manda embora, entra em greve. Mandava a gente embora. Ou seja, nós aprendemos que greve a gente faz no momento em que a empresa tem substância econômica para nos dar o aumento. Não quando ela está mandando gente embora. Eu ia na porta de fábrica, Tarso, chorar junto com os trabalhadores. Às vezes, uma hora da manhã; às vezes, sete horas da manhã; às vezes, meio-dia. Chorar. A palavra é chorar.

Foram 20 anos da minha vida. Toda a década de 80 e grande parte da década de 90. E nós, agora, estamos num momento em que faz 39 meses, 39 meses, que nós temos saldo positivo na geração de empregos. São quatro milhões de empregos com carteira profissional assinada que foram criados nesse país. Sem contar o setor público, sem contar a agricultura familiar, sem contar a prefeitura, Estado, nada. Só na iniciativa privada, Zé Alencar. Inclusive a Coteminas deve ter contratado um bocado desses.

Muitas vezes, nós temos dificuldades de compreender essas coisas. Por quê? Porque a nossa expectativa é maior. Nós não queremos apenas quatro, queremos cinquenta, queremos sessenta. Nós somos gananciosos. Queremos tudo. E eu lembro da paciência. Porque aqui, nessa sala, falta um companheiro. Foi alvo de críticas durante muitos momentos, por muita gente, mas na verdade... Oi, Nilcéia, chegou atrasada. As mulheres estão petulantes, chegam atrasadas e fingem que...

Veja, aqui entre nós falta um companheiro que é resultado de algumas coisas que estão no livro do Mercadante, que eu espero que vocês comprem. E do sucesso desse governo. Que é a paciência do companheiro Palocci. Porque foi difícil, foi em alguns momentos muito difícil. Primeiro, é uma pena que a Maria da Conceição Tavares não esteja aqui. Eu queria lembrar de algumas reuniões que

fiz. Eu fazia muita reunião com Aloizio Mercadante, com a Maria da Conceição Tavares, com João Machado, com Paulo Batista Nogueira e com tantos economistas bons desse país. Tinha dia que eu saía para ir para casa e dizia: “puxa vida, por que eu vou ser candidato a presidente se o país acabou?”

É. Era verdade. Porque, nas nossas análises econômicas, parecia que não tinha solução. Sabe, eu lembro da preocupação que algumas pessoas tinham: o que ia acontecer conosco no primeiro ano de governo? E os nossos adversários torcendo. Porque adversário político é que nem companheiro jogador quando está na reserva. Ele fica torcendo que o juiz expulse um... Expulse, não... Que aconteça alguma coisinha para ele entrar em campo. E os adversários torciam. É importante as delegações estrangeiras compreenderem. Aqui no Brasil, os nossos algozes torciam, ou melhor, eles tinham a convicção de que nós não íamos dar conta do recado e que o Brasil estaria quebrado no primeiro ano de governo. Torciam e apostavam nisso. E aí foi muita paciência.

Ouvi primeiro os reclamos dos nossos companheiros. Do PT, do PCdoB, do PSB e de outras forças políticas. Depois, ouvi os reclamos dos próprios ministros. Não é, Tarso, Gushiken. Eu falei seu nome, Gushiken? Então estou falando agora, querido Gushiken. É que você é tão baixinho e está tão magrinho que eu nem te vi.

Mas veja que engraçado. Nós tínhamos um problema. Ô, Vladimir, você não acredita. Você, de vez em quando, eu pensei: eu vou trazer o Vladimir para ser meu consolo, aqui, ser o mediador. Porque, Hamilton, era difícil! Porque as pessoas estavam com a expectativa que construíram a vida inteira. A gente vai construindo expectativa, expectativa, expectativa, a vida inteira. E depois, quando a gente ganha as eleições, a gente percebe que as expectativas vão se cumprir na dosagem, gente.

A China fez uma revolução em 1949. Cuba fez em 1959. Outros fizeram em outras épocas. E leva anos, anos e anos para acertar as coisas. Para fazer as coisas engatarem entre si. Tem uma série de combinações que têm que acontecer.

Eu lembrei de uma cena na minha vida. Eu tenho um cunhado (até a filha dele está aqui) que resolveu se casar em 1969. Ali no Parque Bristol. Nós fomos um sábado encher a laje da casa dele. Aqui, quem é peão sabe o que é encher laje. A

gente faz um mutirão de companheiro e vai encher laje. E todo mundo ajuda todo mundo. Só que a laje leva um tempo para secar e só depois a gente poder tirar a sustentação dela. Esse meu cunhado, louco para casar, louco para casar, louco para casar... na primeira semana quis tirar. Eu falava: “companheiro, espere. Isso vai 30 dias para secar. Tem que jogar água na laje, tem que esperar o cimento maturar para tirar”. Ele: “não, vou casar, vou casar, vou casar!” Foi lá, com uma semana, tirou os eucaliptos que sustentava. Caiu a laje.

Eu trabalhei o tempo inteiro com uma certeza de que o Brasil estava tão frágil do ponto de vista da sustentação da sua política econômica, da sua credibilidade, que era preciso que a gente maturasse para que a gente pudesse colher as coisas que nós tínhamos plantado. Hoje eu digo, sem medo de errar, a qualquer economista desse país, a qualquer crítico desse governo, de direita ou de esquerda: analisem qualquer momento da história econômica desse país e vejam se, em algum momento histórico, nós tivemos um conjunto de fatores tão positivos como nós temos agora.

Alguém poderia dizer: não, mas poderia crescer "*siete por ciento, ocho por ciento*". Alguém poderia dizer: "*los intereses podriam estar a la* (inaudível)". Não está. Não está porque nós sabemos que esse negócio é que nem bolero: se a gente der uma passo errado, a gente tem que dar dois para trás. E nós precisamos preparar uma caminhada sem volta. Uma caminhada que não tenha retorno para o retrocesso nesse país.

Olhe que os nossos adversários não são brincadeira. Eles descobriram isso em 2004 e foram para cima de nós. Depois, descobriram outra vez isso, agora, e foram para cima de nós. Sabe que um presidente da República não pode fazer julgamento. Você sabe que eu estou aqui falando e fico pensando cada palavra. Eu fico pensando cada palavra. Porque aconteceram duas coisas fantásticas no país: a CPI dos Correios — que não foi dos Correios, foi do PT — e a CPI dos Bingos — que não é dos bingos, é do PT. Ou seja, encontraram uma forma de fazer o julgamento do nosso partido, em nome de outra coisa. E por quê? Porque eles sabem, eles sabem que, na disputa democrática, eles não nos derrotarão. Na disputa democrática, não nos vencerão. Eles sabem disso.

Vejam, meus companheiros. Vejam uma coisa. Waldir, você que tem mais tempo do que eu na política. O Brasil vivia sempre eternos problemas. Primeiro, nós temos sempre companheiros que acham: “ah, poderia crescer um pouco mais e a

inflação ser um pouco mais”. É uma opção. Mas cada vez que a inflação é um pouco mais, o trabalhador come um pouco menos. Não é a classe rica que perde com a inflação. Não é a classe média alta que perde com a inflação. Porque esses têm conta remunerada, depositam seu dinheiro no banco, e a inflação nunca será, para ele, a inflação do cara que ganha R\$ 400 ou R\$ 350 por mês. Ela sempre será menor.

Nós conseguimos, com a ajuda de todo mundo, combinar crescimento econômico com inflação baixa. Isso não é uma coisa velha no Brasil. Porque nós não sabíamos crescer com inflação baixa. Nós não sabíamos exportar sem asfixiar o mercado interno. Nós não sabíamos fazer o mercado interno crescer sem asfixiar as exportações. Nós estamos combinando o fortalecimento do mercado interno com o crescimento das exportações. Isso também não existia no Brasil. O Brasil sempre teve muitas dúvidas.

E, hoje, o que está acontecendo? Nós temos crescimento econômico, que vai ser bom neste ano, e posso dizer para vocês: se depender de todos os números que nós temos, nós vamos ter um ciclo longo de crescimento neste país, sem abrir mão da seriedade da política fiscal. Porque na minha vida pessoal, eu aprendi a só gastar o tamanho do meu salário e não gastar mais. No governo, eu tenho que gastar apenas aquilo que o Estado pode arrecadar, não inventar gastos.

Nós estamos crescendo, a produção industrial está crescendo, as exportações estão crescendo, a balança comercial está crescendo, o superávit de conta corrente está ótimo, a poupança interna, que era de 17% em 2002, está 20 e poucos por cento, o nível de emprego está crescendo como poucas vezes cresceu no Brasil, a massa salarial está crescendo, o salário mínimo cresceu, o microcrédito cresceu, o crédito solidário cresceu.

As universidades... Nós estamos fazendo quatro novas, seis transformações e 43 extensões, que a última, neste ano, deverá ser na cidade de Osasco, que é uma cidade com mais de 1 milhão de habitantes e não tem um braço de uma universidade federal lá. E recuperamos as escolas técnicas que tinham parado de ser feitas desde 1998, porque o governo mandou uma lei para o Congresso proibindo a União de investir em escola técnica — tinha que ser do Estado, do município ou de Ong. Nós, inclusive, estamos recuperando os Proeps que existiam e estamos fazendo 32 escolas técnicas. Federalizamos 18 Proeps.

O Prouni criou 204 mil vagas para estudantes pobres das periferias desse país, vai criar mais 46 mil até junho, dos quais 40% são negros, meninos negros e meninas negras, e mais de 1.300 são indígenas. Segundo, nós estamos com proposta do Fundeb para ser aprovada.

Nós estamos com a agricultura, que deu o pequeno salto de R\$ 2,4 bi para R\$ 9 bi. Nós temos programas sociais que pularam de pequenos R\$ 7 bi para R\$ 22 bi.

Eu quero dizer para vocês que eu não vou sair daqui sem fazer uma crítica. É que, em muitos lugares desse país, em muitos lugares, nos últimos 30 meses, muitos companheiros do PT preferiram fazer crítica ao governo federal e à política econômica a fazer oposição aos governos estaduais que eram os nossos adversários.

Tem Estados em que candidatos adversários nossos passaram 36 meses sem receber uma crítica. Entretanto, o Lula nem tanto, mas o Zé Dirceu foi muito criticado, o Palocci foi muito criticado, porque o ministro da Fazenda no Brasil... E nós esquecemos do processo que estava em construção nesse país.

Eu fico imaginando o que melhorou, o que cresceu e o que está diminuindo agora. O que está diminuindo no Brasil, agora? A inflação. Há poucos momentos na história econômica do Brasil com a inflação do jeito que está. A dívida externa... Nós somos tão tranqüilos, meu querido Nelson Machado — ministro da Previdência que eu também esqueci de dizer o nome aqui —, que, nem quando a gente resolveu devolver os R\$ 15 bi do FMI, que não estávamos utilizando, fizemos uma farra. Poderia ter feito um discurso, ido para a televisão, fazer um monte de coisas. Não fomos. Entretanto, vocês não sabem o orgulho que eu tinha, quando eu lembrava que passei parte da minha vida gritando "Fora FMI" e, de repente, não devemos nada ao FMI e não precisamos mais dele.

Então, cai a inflação, cai a dívida externa, cai a dívida interna. O trabalhador brasileiro... até o Marcelo Déda está pegando crédito consignado. Pode ir ao banco. Pagava 8% de cheque especial, agora vai lá e pega o crédito consignado a 1,75%. Ou seja, foram R\$ 34 bi jogados na economia em pouco menos de 24 meses.

Daí muita gente não compreender porque dizíamos aos companheiros que ficassem tranqüilos, que não era apenas a questão da taxa de juros que poderia

resolver o problema de crescimento da economia, mas era a quantidade de dinheiro que estávamos jogando no mercado.

Então, meus companheiros, como nós vamos entrar num enfrentamento bravo, se preparem. Se preparem, porque o PT tem momentos fantásticos — eu não falei do petróleo, ainda, calma! — O PT tem momentos extraordinários. Eu lembro que, quando a gente governa uma cidade — aqui, todo mundo tem experiência —, a gente ficava na rua defendendo o nosso governo, mas quando aumentava um pouquinho o ônibus, o companheiro chegava no ponto de ônibus, encontrava gente criticando, ele colava uma estrelinha, assim, e ficava... Porque, sabe o que acontece? Nós não fomos preparados para algumas coisas. Então, se preparem. Porque, este ano, os adversários vão ser conosco muito mais duros do que, historicamente, nós fomos com eles. Eles devem estar dizendo: aqueles meninos que fizeram a passeata dos Cem Mil, aquele tal de Zé Dirceu, aquele tal de Vladimir, aquele Genoino, tal de não sei quem — o companheiro Genoino não está aqui, não? — Eu quero dizer pra vocês que se preparem, porque será uma eleição dura, nos Estados, e exige maturidade nossa. A maturidade nossa consiste em a gente perceber que a nossa correlação política é frágil. Eu fui eleito no primeiro turno com quase 50% dos votos, mas só elegemos 14 senadores num total de 81. E, para votar alguma coisa, eu preciso de, no mínimo, 41. Eu fui eleito com quase metade dos votos e, diferentemente do Uruguai e da Bolívia — em que essa votação do presidente deu a maioria no Congresso —, de 513 deputados, nós elegemos 90; mais os companheiros do PCdoB, mais os companheiros do PSB, nós fomos para 120. Eu preciso de duzentos e poucos.

O que está acontecendo nesse momento? Parece que, de vez em quando, nós aprendemos e desaprendemos. Nós precisamos ter uma política de alianças consistente neste país. Nós não podemos permitir que, em cada Estado, prevaleça apenas a idéia do Estado. Não podemos. Se é verdade que pode, então, por favor, não digam a mim que o que interessa é o projeto nacional. Não digam a mim. Porque eu estou cansado de ouvir “o que interessa é o projeto nacional, a prioridade é a eleição do presidente Lula”. Eu nem disse que eu sou candidato, viu Lindberg, viu Humberto Costa. Eu nem disse ainda. Entretanto, eu estou vendo que o discurso para mim não é o discurso que está acontecendo na base. Eu estou percebendo. Pra mim é um discurso, para a base é outro. Nós não estamos percebendo que o que aconteceu conosco nestes quatro anos precisa servir de lição para nós por bem ou por mal. Naquilo que nós erramos e naquilo

que nós acertamos. Mas nós precisamos ter uma política mais consistente de alianças. E que este partido precisa discuti-la. Não é apenas aprovar por maioria, não, mas é discutir a fundo o que significa política de aliança. O que significa isso nesse momento histórico.

Porque senão, meus companheiros, as coisas não vão acontecer do jeito que nós esperamos. Vocês podem eleger um presidente da República? Podem eleger, sim. Mas qual é a base de sustentação dele no Congresso Nacional depois das eleições? O PT irá eleger 90 deputados outra vez? O PT vai eleger a quantidade de senadores que vai eleger? Porque eu disse isso 20 anos da minha vida: “o povo dá sustentação”. E é apenas uma parte disso. O povo não dá sustentação para que você possa fazer funcionar a institucionalidade.

Eu acho que os dirigentes — e têm que agir como dirigentes...—, muitas vezes a gente faz reunião de quadros políticos e a gente age como se fosse um militante comum. Nós temos quadros neste partido e, como quadros, nós temos que pensar como quadros dirigentes. Saber qual é a nossa correlação de forças em cada Estado, o que interessa para nós, se é que nós temos um projeto nacional.

Nesse momento, meus companheiros, vocês percebem que os nossos adversários não perdoam nem a Petrobras alcançar a auto-suficiência. Eles queriam que nós não falássemos disso. Porque acham que falar que a Petrobras é auto-suficiente vai ajudar a mim. Não vai ajudar a mim coisa nenhuma. Vai ajudar o país. Vai ajudar o povo brasileiro.

Isso porque eles não sabem o sucesso que vai ser o biodiesel!

Outro dia, Dilma, ficaram nervosos — a Dilma já foi embora? A Dilma nem chega e já vai embora. Veio aqui, colocou o paletó e saiu. — Vou dizer uma coisa a vocês. Uma vez eu fui inaugurar uma linha de transmissão em Assis, aqui em São Paulo. Lá, eu fui informado do seguinte: nós fizemos em cinco anos, Paulo Bernardo, 22% de tudo o que foi feito no Brasil em 122 anos, em nível de linhas de transmissão. Ou seja, de tudo o que foi construído em 122 anos, nós fizemos 22% em cinco anos. Por isso é que hoje a gente pode falar: eu não tenho medo de apagão. Zé Alencar, pode construir mais um galpão da Coteminas que não vai faltar energia, Zé Alencar. Pode. Nossos companheiros estrangeiros, se quiserem fazer uma pequena empresa e fazer "*pequeños*" negócios, estamos "*abiertos*" para negociar. Vai ter energia para todo mundo. Vai ter eólica, vai ter energia da

biomassa, vai ter energia elétrica, vai ter biodiesel, e estamos inventando mais energia.

O dado concreto é que este país vai se transformar na maior matriz de bioenergia do mundo num curto prazo de tempo. Não está longe o dia em que a gente não vai falar a palavra "prospectar" petróleo, nós vamos falar "plantar" petróleo. Não é, Rossetto? A gente vê trabalhador plantar girassol e dali sair o nosso combustível. Vê o trabalhador plantar cana, vê o trabalhador plantar mamona, plantar pinhão-manso, a palma africana, que é o dendê (pra quem não tem a cultura nacional que eu tenho...)

Meus companheiros, eu quero dizer para vocês que — parece que no Rio Grande do Sul o relógio tem outro fuso horário, porque o Olívio Dutra só chegou agora. Isso estava marcado para as 5h30, companheiro. Mas estás perdoado. — Pois é, meus companheiros. Eu queria dizer para vocês o seguinte. Prestem atenção a uma coisa. Nesse momento que estamos vivendo, não existe espaço para o medo. Não existe espaço para dúvida. Não existe espaço para vacilação. Nós temos que saber quem são os nossos inimigos, quem são os nossos adversários e quem são os nossos aliados. Nós temos que saber que os adversários nunca vão falar bem de nós. Isso não faz parte da política nacional. Não vamos ficar esperando elogios de quem não vai fazer elogios a nós. Vamos botar a mão na consciência, tomar conhecimento do que foi feito nesse país, ver o que aconteceu nas prefeituras do nosso partido, ver o que aconteceu nas prefeituras dos nossos aliados, ver o que aconteceu em todo o tramo da economia brasileira. E vamos partir para a disputa política.

Porque eu não vou decidir se sou candidato enquanto eu não tiver certeza de alguma coisa. Eu tenho que ter certeza sobre se o que vocês estão falando de projeto nacional é verdade ou não. Eu estou imaginando. Porque eu quero ver qual é o quadro no mês de junho. No mês de junho é que eu quero ver qual é o projeto nacional. Porque eu estou com a impressão de que o projeto nacional de muitos é eleger o seu companheiro deputado. Não que não seja importante eleger um deputado. Você, Olívio Dutra, cuidado com o projeto estadual porque pode... sabe? Nós temos que construir.

Neste país, para a gente ganhar as eleições, nós temos que ter 50% dos votos mais um ou fazer a maioria no primeiro turno. Portanto, nós temos que construir essa maioria. De vez em quando, acontece alguma coisa que não estava prevista

nas nossas alianças, mas é raro. Essa coisa que é singular, às vezes, não vale como estratégia geral. Nós sabemos que tem muitos Estados em que a gente não tem condições de fazer essas coisas. Então, vamos pensar, companheiros.

No mais, eu queria dizer a vocês uma coisa. Vocês percebem que estou preparado do ponto de vista político, do ponto de vista psicológico, do ponto de vista do preparo físico, do ponto de vista de defender as coisas que nós fizemos. E tudo o que eu quero na vida, gente, é fazer comparação.

E vou dizer mais: é preciso levantar a cabeça para não ter vergonha do debate ético. Nós não podemos permitir que os setores mais conservadores venham nos dar lição de ética. Não podemos permitir. Porque um companheiro nosso, qualquer que seja ele, na dúvida, ele é nosso companheiro. E esse partido já deu provas e mais provas de que sabe tratar essas questões com a grandeza que tratou.

Entretanto, companheiros, vamos ter em jogo que, se eles não querem fazer a disputa econômica, se eles não querem debater projetos sociais, o que restará para eles? Viagem espacial fomos nós que fizemos. Auto-suficiência do petróleo conquistamos no nosso governo. Então, eu fico imaginando, qual será o debate? Essa é uma dúvida nos Estados e vocês já estão percebendo qual é o debate.

Eu não falei da Transnordestina, eu não falei de nada. Porque o desenvolvimento do Nordeste, para mim, não é uma paixão de coração porque eu sou nordestino. É uma necessidade de distribuir de forma equânime o modelo de desenvolvimento deste país. O Nordeste e o Norte do país precisam receber do Estado aquilo que o Sul e o Sudeste receberam no começo do século passado e no final do século passado. É preciso garantir que o Nordeste tenha a sua chance. E o Norte do país.

Então, o que nós vamos debater? Ah, já sei. Choque de gestão. Essa palavra — vocês não se lembram, porque alguns eram muito novos —, nas campanhas de 1989 e 1994, se a gente não falasse, na campanha, "química fina, fibra ótica e novos materiais", a gente não era moderno. Então, você tinha que falar "porque nós precisamos investir na química fina, na fibra ótica e nos novos materiais". Eu nem sabia que diabos eram os novos materiais. Eu nem sabia. Mas, era moda... Agora, é "choque de gestão".

Primeiro, para a gente ser responsável, não precisa de choque. Porque aqui tem muitos companheiros que tomaram choque. E não resolve nada. Ou seja, nós somos responsáveis porque sabemos que ter uma política fiscal séria é condição *sine qua non* — gostaram do *sine qua non*? — para a gente poder fazer as outras coisas. Nós temos que fazer equilíbrio fiscal. Não precisa ninguém dizer que a gente precisa fazer choque de gestão. Porque essa palavra me cheira a não aumentar salário de servidor público, fazer dispensa de servidor público, não aumentar o salário mínimo, não aumentar o salário do aposentado. A mim me cheira a isso.

Então, não preciso de choque para ser responsável. Eu sou responsável de nascença. Esse país está precisando de uma coisa que nós estamos fazendo e por enquanto está um choquezinho 110: é um choque de inclusão social. É um choque de políticas públicas para ajudar o povo pobre desse país. Esse povo precisa comer mais, estudar mais, trabalhar mais. É esse choque que nós temos que dar e vamos dar.

Por isso, meus companheiros e companheiras, se vocês imaginavam, lendo na imprensa, que o Lula...— eu nem falei da pesca, o Fritsch está aqui! Vocês querem saber, perguntem quantos pescadores foram cadastrados e viraram cidadãos neste país. Muitas vezes, a gente não sabe, porque, quando a gente vai à praia, a gente também vai comprar o peixe, lá, e só pergunta o preço, não pergunta sobre a vida do pescador. Mas eles, os pescadores desse país não tinham nem registro e não tinham seguro-desemprego. Hoje, todos eles estão cadastrados, pelo menos a grande maioria, e, na época do defeso, o pescador vai lá e tem o direito de receber o salário-desemprego. Quando vocês forem à praia, por favor, perguntem. Porque muitas vezes a gente só pergunta o preço, aí não vale.

Não nem vou falar da moradia, meu companheiro, porque, veja, eu não quero fazer aqui o programa do governo. Pelo amor de Deus, leia o livro do Aloizio Mercadante.

Deixa eu falar uma coisa para vocês. Vocês vão ver, porque isso vai ser mostrado, e eu tenho todo interesse em prestar contas. Este ano, são R\$ 18,7 bi para habitação neste país. R\$ 10 bi são para quem ganha até cinco salários mínimos, R\$ 8,7 bi são para a classe média e R\$ 1 bi é para a gente começar a

acabar com as palafitas neste país. Nós vamos começar pela parte mais pobre deste país.

Eu quero terminar dizendo para vocês o seguinte: eu sei que, muitas vezes, os companheiros, lendo um jornal ou vendo uma televisão, ficam pensando: "coitadinho do Lula, como apanha". Eu que já tenho a cabeça chata de cocorote — e nordestino é doido para tomar cocorote. Eu quero dizer para vocês que nenhuma crítica de nenhum adversário me abala. Uma crítica de um companheiro me faz pensar. A crítica dos adversários pode ser séria, pode muitas vezes ter razão e, às vezes, tem razão. Nós precisamos refletir. Mas de uma coisa vocês podem ficar certos. Eu, quando fui à Venezuela, eu vi o que passou o presidente Chávez. E, em nenhum momento, eu jamais imaginei que podiam fazer com o presidente o que faziam com o Chávez. Eu jamais imaginei.

Hoje, o Chávez fala: coitadinho do Lula! Estão "*haciendo*" com ele o que não "*hicieran*" comigo. Ou seja, ele compreende o que está acontecendo aqui no Brasil. Então, quando vocês lerem, verem ou ouvirem, tenham certeza de uma coisa: quem passou o que nós passamos para chegar onde nós chegamos não tem tempo de vacilar. A gente não tem tempo de achar que as coisas não vão dar certo. Quem passou o que nós passamos, com a história que cada um de vocês construiu ao longo da trajetória de vocês... E certamente nós cometemos erros, e muitos. Afinal, quem não comete erros?

O que nós temos não é a necessidade de uma ascensão pessoal. O que nós temos é a necessidade de uma ascensão coletiva. De milhões e milhões de brasileiros que, ao longo da história desse país, foram segregados e segregadas do ponto de vista da educação, segregadas do ponto de vista do emprego, segregadas do ponto de vista da habitação, segregadas do ponto de vista dos direitos mais elementares, como tomar café, almoçar e jantar todo santo dia. É em nome disso que nós temos que levantar a cabeça. É em nome disso que nós temos que dizer. Seja o Lula ou não seja o Lula. Está aqui o Marcelo Deda, preparado para ser candidato a presidente da República.

O que importa, gente, é que nós não nos representamos. Se dependesse de mim, eu voltava para minha casa para conviver com a minha família. Eu não estou na política por mim. Eu estou na política por aqueles que não tiveram a mesma chance que eu tive, e são ainda a maioria nesse país. E nós precisamos elevá-los à condição da cidadania. Isso só pode ser feito com o PT unido. Isso só pode ser

feito com uma aliança forte com os partidos de esquerda. Isso só pode ser feito se a gente conseguir detectar na sociedade brasileira quem são nossos aliados e nossos adversários. Se a gente tiver essa *finesse* no trato político, que venham, por que estaremos prontos para rechaçá-los.



Conjuntura, Tática e Política de Alianças

Conjuntura, Tática e Política de Alianças

Vivemos um período favorável ao avanço da esquerda política e social em nosso continente. Um forte sinal disso é a presença simultânea, no governo de seus países, dos presidentes Lula, Chavez, Evo Morales, Kirchner, Michele Bachelet e Tabaré Vasquez.

Este avanço poderá ser aprofundado em 2006, principalmente com o resultado das eleições no Peru, México, Nicarágua, Colômbia, Venezuela e Brasil.

Defendemos a reeleição de Lula, pelo que fizemos, pelo que ainda precisamos fazer, pelo que isto significará para os povos da América Latina e do mundo. E também porque não podemos permitir o retrocesso que significaria a vitória da oposição neoliberal.

A oposição de direita e seus aliados internacionais têm consciência da importância estratégica da eleição presidencial brasileira. As forças neoliberais querem recuperar o controle do governo federal, retomando a repressão contra os movimentos sociais, a submissão aos interesses norte-americanos, a ideologia e a prática do Estado mínimo e das privatizações.

Frente a isto, o 13º Encontro Nacional estabelece como objetivos táticos centrais: vencer as eleições presidenciais, impedindo que os neoliberais reconquistem o governo federal; e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares, criando uma das condições necessária para realizar a transição do modelo econômico e social.

Em 2006, queremos mais do que reeleger Lula, queremos também criar as condições políticas, institucionais e sociais que nos permitam realizar um segundo mandato superior ao primeiro.

Para isso, precisamos eleger mais senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais de esquerda, em particular petistas. Precisamos de uma sólida aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula. Precisamos, finalmente, de uma campanha eleitoral de polarização entre as forças populares e os setores neoliberais.

Já existe uma polarização, na disputa presidencial, entre os campos encabeçados pelo PT e pelo PSDB. Esta polarização, além de política, é também social, sendo marcante o apoio que a candidatura Lula recebe dos setores populares. Nos últimos meses, graças às atitudes adotadas pelo Partido e pelo governo, desde setembro de 2005, estamos também conseguindo recuperar nosso apoio junto aos chamados setores médios.

Precisamos consolidar esta polarização social e política, através da polarização programática. Trata-se de debater: a herança deixada pelo governo FHC e pelos governos conservadores que o precederam; as realizações e também os limites do governo Lula; as alternativas propostas pela oposição tucano-pefelista e pelos demais partidos que se opõem ao nosso governo; trata-se, finalmente, de definir as diretrizes que o PT propõe para o segundo mandato Lula.

Nosso segundo mandato presidencial, entre 2007 e 2010, terá melhores condições de enfrentar os dois grandes desafios postos, no médio prazo, para a esquerda brasileira:

a) superar, através de reformas estruturais, a tragédia social produzida pela crise do modelo nacional-desenvolvimentista e pela aplicação do receituário neoliberal;

b) superar a hegemonia neoliberal, nas suas quatro dimensões: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro, o “Estado mínimo” e o conservadorismo político.

Com base nestes parâmetros, o texto a seguir aborda de maneira panorâmica os seguintes assuntos: a conjuntura internacional; a conjuntura nacional; nossa tática e a política de alianças; alguns elementos do balanço do governo Lula e das diretrizes de programa de governo, que incidem sobre nossa tática.

A conjuntura internacional

Vivemos uma conjuntura de avanço da esquerda política e social na América Latina, num contexto internacional marcado por forte instabilidade.

Politicamente, a hegemonia das forças que sustentam a atual ordem internacional vem sendo fortemente questionada, em grande medida porque os ricos não têm um projeto de futuro a oferecer aos pobres do mundo.

Militarmente, os Estados Unidos seguem mantendo a supremacia, mas esta vem se demonstrando absolutamente insuficiente para lidar com os vários focos de conflito existentes no mundo, a começar pelo Iraque.

Economicamente, as baixas taxas de crescimento na Europa e os enormes déficits dos Estados Unidos contrastam e dependem do dinamismo de economias como a chinesa.

Neste quadro, o objetivo central de um partido como o PT é trabalhar pela superação do neoliberalismo, em todas as suas dimensões.

Enquanto partido socialista, o PT almeja que esta superação se dê num sentido anti-capitalista. Mas a luta contra o neoliberalismo assume múltiplas formas, responde a diferentes estratégias e assume ritmos ditados não por nossa vontade, mas sim pela correlação de forças em âmbito nacional e internacional.

Um dos desafios das forças progressistas, democráticas, populares e socialistas na América Latina está justamente em ampliar sua força e cooperação política, social e institucional, utilizando a presença no governo para construir um modelo alternativo, que nos liberte da ditadura do capital financeiro e das ameaças políticas e militares dos Estados Unidos.

Este desafio estará sendo enfrentado em vários terrenos: na construção da integração continental, em oposição aos acordos bilaterais com os Estados Unidos; na atuação dos governos de esquerda e progressistas; nas eleições que vão ocorrer em vários países latino-americanos; na mobilização e nas lutas sociais; na elaboração de uma política de segurança para a região, que impeça a militarização dos conflitos, bem como a instalação de bases militares dos EUA; no

apoio a Cuba contra o bloqueio norte-americano; e também no acompanhamento da situação interna dos Estados Unidos, onde o fundamentalismo político e religioso precisa ser derrotado.

A existência e as ações desenvolvidas pelos governos da Argentina, Brasil, Cuba, Venezuela, Uruguai, Bolívia, bem como a força que a esquerda socialista, setores progressistas e anti-neoliberais demonstram ter em países como Chile, Peru, El Salvador, México e Nicarágua, mostram que estão se criando as condições para impor uma derrota de conjunto ao neoliberalismo em nosso continente.

Por isto mesmo, o PT deve ampliar sua atuação na América Latina, sem que isso impeça nossa presença ativa na África, Europa e Ásia, nem tampouco nossa participação ativa junto ao chamado movimento altermundista, expresso principalmente no Fórum Social Mundial.

No caso da América Latina, está ao nosso alcance implementar, especialmente por estarmos no governo do Brasil, um plano de integração econômica, política e cultural que torne possível não apenas a resistência, mas também a superação da dominação imperialista sobre nossa América.

Neste sentido, o PT -diretamente e através das diversas organizações políticas e sociais com os quais mantemos identidade e cooperação- investirá energias no fortalecimento do Mercosul e da Comunidade Sul-americana das Nações; bem como acompanhará ativamente os processos eleitorais que ocorrerão na América Latina, ao longo do ano de 2006, bem como a atuação dos governos de esquerda e progressistas que já estão em curso.

No caso do Haiti, a vitória de Preval mostra que existem energias populares naquele país, capazes de reconstruí-lo de maneira soberana e autônoma. Após jogar um papel importante no processo eleitoral, cabe ao governo brasileiro exigir que sejam cumpridos os compromissos internacionais de apoio, necessários para alterar a situação material do país. Empossado o novo governo e em comum acordo com este, a Minustah deve se retirar do país.

No caso da Nicarágua (eleições presidenciais em novembro), o PT presta apoio decidido à Frente Sandinista. Esta última tem condições de eleger Daniel Ortega para a presidência do país e vem sendo brutalmente atacada pela direita local e pelo governo norte-americano.

No caso da Colômbia, com eleições marcadas para maio, ao mesmo tempo em que prossegue a confrontação armada (entre o governo, o narcotráfico, os paramilitares e diversas organizações guerrilheiras), cresce a resistência política e social civil, que esperamos se traduza na votação de uma candidatura de centro-esquerda, contra a candidatura do atual presidente Álvaro Uribe.

Outro país com eleição prevista para 2006 (junho) é o México, onde há três candidaturas disputando com chances a presidência do país: uma do PAN, outra do PRI e outra do PRD, Lopez Obrador, apoiada pelo PT.

O ano de 2006 se concluirá, eleitoralmente, com a eleição no Brasil e na Venezuela (dezembro).

Os grandes problemas que enfrentamos, bem como as soluções que propomos para eles, têm uma clara implicação internacional. Se isto já era verdade quando o PT foi criado, em 1980, tornou-se ainda mais verdadeiro hoje em dia.

Isto impõe ao nosso Partido um duplo movimento. Por um lado, aprofundar nosso conhecimento e análise teórica acerca do capitalismo moderno, tanto no sentido econômico quanto político-social. Por outro lado, aprofundar a prática internacionalista do Partido, nos vários sentidos desta palavra: a solidariedade, as relações com organizações comprometidas com o socialismo e com outra ordem internacional, a mobilização interna e externa em torno de temas de nosso interesse, a ação parlamentar e de governos no plano internacional.

Na campanha eleitoral que já está em curso, o tema das relações internacionais terá destaque. Caberá demonstrar que a política de soberania e integração implementada pelo governo Lula tem obtido êxitos -- como a criação do G-20, que foi determinante nas vitórias frente à OMC, a defesa dos interesses nacionais e o compromisso com a soberania brasileira nas negociações da ALCA, a quitação da dívida com o FMI e Clube de Paris, mostrando que a independência financeira com estes credores são fatores concretos na alteração da correlação de forças e o empenho com o fortalecimento do MERCOSUL. Estes são alguns exemplos da robustez da política externa do Governo Lula, ao contrário da política subalterna aplicada pelo governo que nos antecedeu.

É nos marcos desta situação internacional – em que estão sendo criadas as condições para uma América Latina e Caribenha pós-neoliberal— que devemos analisar a atual conjuntura brasileira e a importância estratégica de reeleger Lula presidente da República.

Nossa vitória na disputa presidencial de 2002 ocorreu num dos países mais desiguais do mundo, característica marcante de nossos mais de 500 anos de história. Um país que se industrializou e urbanizou velozmente, a partir de 1930, orientado por um desenvolvimentismo conservador que não previa ruptura com os padrões de dependência externa, concentração de riqueza e conservadorismo político. Um dos países que inaugurou o ciclo de golpes e ditaduras militares que varreu a América Latina, ditaduras que prepararam o terreno para a implementação das políticas neoliberais. Um país que desde a década dos 1980 cresce a taxas inferiores ao que seria necessário para, pelo menos, manter o padrão de vida de sua população e receber com dignidade as novas gerações. Um país que experimentou os efeitos de uma década de governos neoliberais, com efeitos gravíssimos nas condições de vida do povo, na vida econômica do país e na capacidade de atuação social do Estado.

Um país onde a resistência aos governos militares e ao neoliberalismo foi obra de um conjunto extremamente plural de forças políticas e sociais, que mesmo quando se aliaram em torno de objetivos táticos comuns, expressavam diferentes objetivos estratégicos.

Num país de tanta complexidade, cabe, em primeiro lugar, evitar o equívoco muito comum de reduzir a conjuntura brasileira às ações do governo Lula. É preciso incluir na análise o conjunto das forças políticas, sociais e econômicas em ação, no âmbito nacional, estadual e municipal, desde a eleição presidencial até o momento. Basta lembrar, por exemplo, que as forças vinculadas ao neoliberalismo receberam quase 40% dos votos nas eleições presidenciais, elegendo ainda a maioria dos governadores, senadores, deputados e prefeitos, além de manter enorme poder econômico e influência sobre os meios de comunicação.

Estas forças, conservadoras e neoliberais, que administraram o país de 1990 até 2002, pretendem recuperar o governo federal. Barrar este movimento, reeleger Lula, e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares, uma das

condições necessárias para realizar a transição do modelo econômico e social, são os principais objetivos do PT.

As eleições de 2004

A contra-ofensiva das forças neoliberais ganhou maior ímpeto entre as eleições municipais de 2004 e outubro/novembro de 2005.

As eleições municipais de 2004 realizaram-se num ambiente político novo: pela primeira vez o PT concorreu a governos municipais, sendo governo no âmbito federal.

Este fato incidiu de pelo menos três formas na campanha eleitoral: no debate político geral, na incidência político-administrativa do governo federal e na política de alianças.

No que toca ao debate político geral, lembramos que até 2002, com maior ou menor ênfase, o PT estruturava suas campanhas na denúncia global do projeto neoliberal e na defesa global do projeto democrático e popular. A existência desta bipolarização organizava, política e ideologicamente, o discurso dos petistas e a recepção deste discurso por parte do eleitorado. Em 2004, o PT teve dificuldade de combinar este discurso nacional e programaticamente polarizador com os desafios e limites decorrentes do fato de encabeçar um governo de ampla coalizão política. Isso permitiu ao PSDB e ao PFL, bem como a vários partidos de “centro”, uma liberdade de movimentos que eles não experimentavam desde 1994.

No que toca a incidência político-administrativa do governo federal, apesar das acusações da oposição, o fato é que seus reflexos positivos foram menores, menos homogêneos e menos positivos do que supúnhamos no início da campanha de 2004.

No que diz respeito à política de alianças, foram autorizadas coligações com, potencialmente, toda a base de apoio do governo no Congresso Nacional. Isso gerou uma enorme polêmica interna e pública no PT, tanto no primeiro quanto no segundo turno.

Um subproduto desta política de alianças foi a decisão, tomada por alguns integrantes da antiga direção nacional e que só veio a público no curso de 2005, de assumir dívidas dos partidos aliados no Congresso Nacional, mesmo que em alguns casos estas dívidas tivessem sido contraídas em campanhas contra candidatos do PT. Estes, por sua vez, foram estimulados a fazer campanhas com um nível de gastos superior à sua capacidade de endividamento, o que explica parte da crise financeira vivida, hoje, pelo PT.

Ao término das eleições de 2004, verificou-se que o PT fora derrotado em importantes centros urbanos que ele governava, com importantes exceções (como Belo Horizonte, Recife e Aracaju). Registre-se que isso ocorreu apesar do cenário econômico do segundo semestre ter sido positivo, frente ao que havia ocorrido em 2003.

A disputa com a direita

Logo após as eleições municipais, os setores conservadores conseguiram eleger, para presidente da Câmara dos Deputados, um representante do chamado “baixo clero”, assumido anticomunista e defensor público do fisiologismo.

Dois meses após a eleição de Severino Cavalcanti, a direita deflagrou um ataque generalizado contra o governo e contra o PT, utilizando-se para isto as acusações feitas pelo então deputado federal Roberto Jefferson.

O governo e o PT foram submetidos, a partir de março de 2005, a um bombardeio cotidiano de todos os meios de comunicação, associando-nos à corrupção, ao crime organizado, ao enriquecimento ilícito, entre outros delitos, com destaque para a articulação de um esquema de financiamento de campanhas eleitorais, nos mesmos moldes que o PSDB e o PFL.

A oposição neoliberal pretendia, desta forma, desgastar o Partido e o governo, criando as condições para uma vitória da direita nas eleições de 2006. Ou até mesmo, dependendo da evolução da crise, contestar o registro legal do PT e solicitar o impeachment do presidente da República.

Os planos da oposição foram parcialmente inviabilizados, graças à base popular do Presidente, à força da militância petista, à eleição do presidente da Câmara dos Deputados e aos bons resultados da política do governo federal.

A força do petismo ficou visível em setembro-outubro de 2005, quando 315 mil filiados compareceram para votar na eleição da nova direção partidária. Logo em seguida, Aldo Rebelo foi eleito para a presidência da Câmara dos Deputados.

O resultado do PED, a eleição de Aldo Rebelo, as ações desencadeadas pelo governo Lula e o debate político-eleitoral aberto resultaram num quadro distinto do imaginado pela direita: a candidatura de Lula não apenas segue competitiva, como chega a ser apontada por algumas pesquisas como capaz de vencer a eleição no primeiro turno.

As pesquisas, antes como agora, registram um momento de uma disputa eleitoral que está longe de terminar. O quadro das eleições de 2006 ainda não está definido, nem em termos de candidaturas, nem em termos de coligações, nem em termos de alternativas programáticas.

O recrudescimento dos ataques da direita, ao longo de março de 2006, servem para nos lembrar que eleição deste ano ocorrerá nos marcos de uma contra-ofensiva conservadora, cuja profundidade e alcance podem ser vislumbrados no resultado do referendo sobre a comercialização de armas, no relatório aprovado pela CPMI da Terra, na maneira como a direita defende a cassação de deputados petistas e nas declarações conservadoras e elitistas de líderes da oposição.

Os ataques da direita, contra o PT e contra o governo Lula, eram esperados, uma vez que representamos programas e projetos políticos antagônicos. O êxito maior ou menor destes ataques decorre, em parte, das dificuldades objetivas enfrentadas por nosso governo (a herança maldita, a correlação de forças, a desestruturação do aparelho de Estado). Decorre também de acertos táticos da oposição neoliberal e de opções políticas equivocadas feitas pelo nosso Partido e por nosso governo.

As finanças de um partido de trabalhadores

Como financiar a atividade política de um partido de trabalhadores, especialmente em épocas de refluxo e crise econômica, que reduzem o nível de mobilização, organização, a consciência e a renda dos trabalhadores?

Sustentado inicialmente por contribuições de militantes, parlamentares e cargos comissionados, bem como por recursos advindos da venda de materiais e do apoio de estruturas e simpatizantes, o PT tornou-se nos anos 1990 beneficiário de recursos públicos, por meio do Fundo Partidário. Este Fundo, proporcional ao desempenho eleitoral do Partido, tornou-se rapidamente a principal fonte de recursos do PT.

Isso permitiu a construção de estruturas permanentes ou temporárias, independentemente da contribuição voluntária de nossas bases militantes, o que deu maior autonomia para a burocracia partidária. Mas tanto o fundo público quanto as demais estruturas dependiam, em última análise, do voto. Isto, mesmo que em última instância, impunha certo “controle social” por parte das bases partidárias.

Este controle social perdeu parte de sua força quando entrou em cena o financiamento privado legal das campanhas, que permitiu dissociar progressivamente o desempenho eleitoral do envolvimento voluntário e consciente da militância, além de conduzir o PT a adotar, mesmo que parcialmente, métodos empresariais de campanha, num fenômeno que já ocorria com outros partidos.

Ao longo dos anos 1990, as campanhas eleitorais tornaram-se cada vez mais caras, não apenas devido aos custos de produção dos programas dedicados ao horário eleitoral supostamente gratuito, mas também por conta da contratação de shows de artistas de grande apelo popular.

O PT sempre foi crítico da influência do “poder econômico” nas campanhas eleitorais, especialmente da sua forma mais extremada, a chamada “americanização”, que trata os candidatos como produtos e o eleitorado como mercado consumidor. Por isto mesmo, defendemos o financiamento público das campanhas e a redução de seus custos. Neste sentido, nossas bancadas no congresso Nacional devem se empenhar firmes e determinadas pela aprovação do financiamento público de campanha, ainda nesta legislatura. Da mesma forma, o PT deve propor um pacto nacional pela validação das regras para barateamento das campanhas eleitorais, aprovadas pelo Congresso.

Entretanto, temos que reconhecer que nossa postura crítica frente à influência do “poder econômico” não nos livrou de cometer erros importantes.

Esses erros vão desde a contratação, pela direção nacional do PT, de 20 milhões de reais em shows, apenas para a campanha de 2004; até a promiscuidade com personagens que funcionavam como “caixas de campanha” para o PSDB.

É evidente que não podemos ser ingênuos e achar que é possível participar das disputas eleitorais, da forma como elas ocorrem hoje, sem contar com recursos privados. Mas também é ingênuo achar que todos os empresários que contribuem com as campanhas eleitorais do PT o fazem desinteressadamente.

Neste sentido, o PT deve debater abertamente os riscos envolvidos na dependência em relação ao financiamento privado de campanhas. Estes riscos incluem, no médio prazo, a alteração dos compromissos programáticos e dos vínculos de classe do Partido.

Não se trata, apenas, de um problema para o nosso Partido. Trata-se de um problema crônico da democracia nos marcos do capitalismo, problema que pode ser minimizado, mas não superado, pelo financiamento público, por leis que restrinjam os gastos em campanhas eleitorais, pela democratização dos meios de comunicação de massa, pela repressão contra a compra de votos e pela educação política permanente da sociedade.

No Brasil, a legislação prevê limites para a contribuição das empresas. Mas muitas empresas querem contribuir via “caixa dois”, porque esta pode ser feita com dinheiro não declarado; pode ser feita sem que a população e os concorrentes do político beneficiado saibam; e pode servir para chantagear o beneficiário da contribuição ilegal. Com o “caixa dois”, impede-se o controle público dos recursos, tanto na origem, quanto no destino. Não se deve perder de vista, aliás, qual a economia política da corrupção: o beneficiário maior é o corruptor, não o corrupto.

Desde março de 2005, o PT como um todo e também dirigentes importantes do Partido passaram a ser acusados de recorrer aos mesmos procedimentos, em alguns casos aos mesmos operadores do financiamento do PSDB e de outros partidos.

Uma análise de conjunto desta questão remete para um debate mais complexo, sobre o “custo” da democracia, numa sociedade capitalista.

Um partido de trabalhadores, numa sociedade profundamente desigual como a nossa, enfrenta enormes dificuldades para disputar eleições, entre elas a desigualdade de condições materiais, a postura dos meios de comunicação, os recursos disponíveis para os oponentes, a compra de votos.

Mesmo que tenha sido com o propósito de enfrentar estas dificuldades, consideramos que foi um erro que alguns dirigentes do Partido tenham terceirizado as finanças do Partido, tomando sem consultar nenhuma instância partidária a decisão de se envolver com operadores financeiros do PSDB e com métodos de financiamento que sempre combatemos.

Por sua tradição e convicção, o PT luta contra a corrupção e a apropriação privada de bens e recursos públicos. As acusações de corrupção contra membros do partido devem ser investigadas, garantida ampla defesa, e, havendo comprovação, cabe punição rigorosa.

Os movimentos socialistas não são isentos de deformações e de processos de corrupção. A integração ao Estado e à sociedade burguesa são riscos permanentes e significam perda da perspectiva socialista. Construir uma crítica no interior do nosso próprio movimento, enriquecer nosso programa com esse combate, são armas contra o liberalismo e a degeneração. De forma combinada com reformas políticas democráticas, nosso partido deve desenvolver exemplarmente uma conduta democrática e transparente na sua relação com o Estado.

Resolução de apuração sobre a Crise do PT em 2005

O 13º. Encontro do Partido dos Trabalhadores reitera a condenação às práticas inaceitáveis de financiamento de campanha e de promiscuidade na relação interpartidária, que causaram enormes danos à imagem, ao patrimônio ético, ao ideário socialista e democrático do Partido, colocando temporariamente na defensiva o campo democrático e popular e dando pretextos para tentativas de desestabilização de nosso governo.

O 13º. Encontro considera que ainda não se esgotou, no interior do PT, o processo de discussão sobre as origens da crise que vivemos em 2005 e de

apuração de responsabilidades. Tampouco se encerrou, na sociedade, nossa luta por uma reforma política e pelo financiamento público de campanha.

O 13º. Encontro considera que essas práticas políticas inaceitáveis devam ser debatidas de maneira crítica e autocrítica pelo conjunto do Partido.

Entre estas práticas, encontram-se: a) a centralização de decisões por alguns dirigentes, sem autorização de nossas instâncias; b) a subestimação do papel da luta social no processo de democratização do Estado e do governo; c) a ilusão sobre a possibilidade de políticos conservadores abdicarem de seus próprios projetos e práticas, em função dos nossos.

O 13º. Encontro considera que essas práticas, entre outras, afetaram a capacidade do Partido de resistir à ofensiva político-ideológica que as forças conservadoras movem contra nós, facilitando ataques agressivos e profundamente preconceituosos que são feitos sob um manto pretensamente moralista.

O 13º. Encontro considera que esse processo de averiguação possui uma dimensão individual e crítica; mas ao Partido interessa, sobremaneira, a dimensão coletiva e autocrítica, porque estamos diante de um fenômeno de causa e solução sistêmicas.

A autocrítica do PT deve estar no discurso e, principalmente, na prática. Para isto, contamos com o impulso da militância partidária, que renovou as direções partidárias no PED. Trata-se de prosseguir neste caminho, revalorizando a luta social como dimensão fundamental de nossa estratégia; reafirmando a autonomia do Partido frente ao governo e às instituições do Estado; acentuando a luta ideológica e política das classes trabalhadoras contra a direita e suas práticas.

O 13º. Encontro considera fundamental evitar que este processo de apuração seja estrangido pela dinâmica eleitoral e/ou manipulado pela oposição de direita.

Tendo isto em vista, o 13º. Encontro determina ao Diretório Nacional que regulamente os prazos e procedimentos para realizar o processo de apuração das responsabilidades relativas à crise vivida pelo PT no ano de 2005.

A HERANÇA CORRUPTORA E AS FALHAS ESTRUTURAIS DO ESTADO BRASILEIRO

O Partido reconhece que subestimou a condição de permeabilidade do estado brasileiro às pressões corruptoras advindas dos setores privados, sobretudo daqueles setores que se locupletaram do processo de privatizações ocorrido a partir da década de 90.

É evidente que a corrupção é um fenômeno histórico. Que precede ao próprio momento das privatizações. Tal fenômeno é, de fato, cultural, envolve costumes seculares e diz respeito à forma como as elites e classes dominantes no Brasil exerceram e exercem sua hegemonia política sobre a sociedade.

No entanto, o contexto do processo de privatizações no Brasil foi marcado também pelo desmonte neoliberal da máquina estatal e de suas já combatidas estruturas de controle e fiscalização. Eis porque nosso governo se inicia sem mensurar corretamente mais essa herança do período tucano à frente do governo central do país, qual seja, a malha privada de apropriação ilegal dos espaços públicos, reciclada nos governos que precederam a gestão Lula.

Assim, o governo Lula, diante da magnitude das tarefas postas para a realização de nossos compromissos com a população, do esforço para garantir a estabilidade econômica, e a urgente adoção das medidas sociais de inversão de prioridades de investimentos, não deu a devida atenção à apuração e das privatizações ocorridas sob a batuta tucana.

A ausência de tal atitude, somada à lacuna causada pela falta de uma reforma administrativa de fundo e de uma reforma política contundente, que deveriam ter sido discutidas diretamente com a população, fragilizou profundamente nosso governo, tornando-o mais pressionável pelas já citadas forças corruptoras.

Para agravar esse quadro, tivemos que vivenciar uma inédita política de alianças, que se constituiu à base de uma ampla coalizão partidária, como forma de garantir a chamada governabilidade. Isso resultou também na pressão fisiológica dos partidos tradicionais, que sempre demandaram mecanismos de financiamento eleitoral de origem duvidosa.

Neste sentido, sem prejuízo das apurações das responsabilidades específicas sobre o chamado valerioduto, que teve origem na campanha tucana de 1998, a partir de Minas Gerais, o PT assume o compromisso de propor um conjunto de reformas estruturantes que versem sobre os mecanismos de controles públicos e sociais sobre o orçamento estatal, sobre o sistema político-eleitoral, bem como a continuidade do reforço do aparato jurídico e policial destinado a reprimir a corrupção no país.

Composição de Governo, tratamento dado à oposição e a corrupção dos governos tucanos

O governo Lula não realizou nenhuma devassa contra o governo FHC. Uma devassa muito provavelmente colocaria politicamente na defensiva (e, eventualmente, na cadeia) vários dos responsáveis pelos processos de privatização realizados nos anos 1990; pelo endividamento público ocorrido nos anos 1990; por empréstimos subsidiados às grandes empresas, inclusive aos meios de comunicação; pelo financiamento ilegal dos partidos conservadores etc.

A decisão de não realizar a devassa, os cuidados tomados na composição do ministério e dos diversos escalões do governo, o tratamento concedido aos setores empresariais, a política de boa vizinhança com os grandes meios de comunicação, a atitude frente à direção do PSDB não alteraram a conduta dos tucanos frente ao governo Lula e ao PT: as recentes declarações do ex-presidente FHC são uma demonstração do baixo nível da oposição conservadora e da impossibilidade de qualquer aliança estratégica com o PSDB.

A atitude frente ao PSDB relaciona-se ao debate acerca de como deveríamos obter a governabilidade. Uma hipótese seria construir uma rede de apoio institucional e social, combinada com uma maioria congressional estreita. Outra hipótese seria construir uma maioria congressional ampliada.

Neste segundo caso, frente à correlação de forças existente no Congresso Nacional, tínhamos três possibilidades básicas: a) uma aliança com o PSDB; b) uma aliança com o PMDB; c) ou uma aliança baseada nos pequenos e médios partidos de centro-direita (PTB, PP, PL). Prevaleceu este último caminho, que para além dos efeitos colaterais no campo da ética, demonstrou ser capaz de construir uma maioria congressional instável, mas não uma hegemonia política.

Qualquer que fosse a política de alianças escolhida; e por mais que ela tenha sido decorrente, em parte ao menos, da correlação de forças existente no Congresso Nacional e nos governos estaduais, nada justifica, porém, que não combinássemos à política de “governabilidade”, principalmente congressional, e à a popularidade do presidente, a construção orgânica do apoio também junto à esquerda política e aos movimentos sociais. Um governo de esquerda, ou mesmo de centro-esquerda, não sobrevive se não construir uma base de apoio popular, organizada e mobilizada. A atitude respeitosa e de diálogo do nosso governo com os movimentos sociais – atitude, aliás, que nos diferencia profundamente dos governos tucanos permitiria que tivéssemos construído isso.

Ao contrário disto, tivemos reformas ministeriais que reduziram o espaço do PT e das forças democráticas e populares no governo sem que isso tenha ampliado nosso apoio no Congresso ou na sociedade.

O tratamento que concedemos ao PSDB e ao governo FHC; bem como a política de alianças que adotamos no Congresso; foi acompanhada de atitude extremamente ampla na composição do governo. No caso específico da equipe econômica, combinamos petistas e aliados desenvolvimentistas, com quadros importantes vinculados ao pensamento hegemônico no governo anterior.

Sem dúvida, a essa composição devemos somar o comportamento dos meios de comunicação, que tentaram reduzir nosso governo à sua política monetária e fiscal, tratando a equipe econômica como se ela fosse o pilar central do governo.

Apesar de termos hoje a menor taxa de juros desde 2001, caminhando para novas reduções, é preciso reconhecer que a política monetária desenvolvida pela Fazenda supunha a adoção de medidas impopulares, tais como altas taxas de juros e superávit primário, cortes e contingenciamentos de verbas orçamentárias, extrema moderação nos investimentos etc. Neste processo, nos vimos diante de um duplo problema: por um lado, o conflito com as expectativas de parcela das bases partidárias, eleitorais e sociais do campo democrático e popular; por outro lado, o discurso emanado de parcela da equipe econômica, que não dialogava adequadamente com aquelas expectativas.

A tarefa central de nosso governo era e segue sendo construir um Brasil pós-neoliberal. Esta não é uma tarefa exclusiva da área econômica. Diante da gravidade dos desequilíbrios macroeconômicos, herdados do governo anterior, a

opção adotada foi por medidas impopulares de política econômica, tais como: elevar a taxa básica de juros, contingenciar verbas orçamentárias, cortar investimentos públicos e elevar o superávit primário. Isso gerou críticas e insatisfações de parte de nossa base social e no seio do próprio partido. Entendemos que depois de três anos de austeridade monetária e fiscal, temos todas as condições para acelerar a redução da taxa básica de juros, sem perder o controle sobre a inflação, e elevar o investimento público, garantindo o crescimento sustentável da economia e a aceleração do processo de inclusão social. Estas devem fazer parte das prioridades do segundo mandato do governo Lula.

Outro ponto a superar num segundo mandato, é nossa timidez na criação de mecanismos democráticos de participação e controle popular sobre as grandes instituições nacionais.

A democratização radical do aparelho de Estado é fundamental para dar suporte a um governo como o nosso, além de ser o melhor antídoto contra um conjunto de hábitos e práticas conservadoras e tradicionais, entre elas as práticas fisiológicas e corruptas vigentes nos governos anteriores.

A timidez do governo no quesito democratização não impediu de sermos acusados de totalitarismo e “loteamento do aparelho de Estado”, pelos meios de comunicação.

Este foi, aliás, um dos equívocos centrais cometidos por nós: a política de comunicação.

A campanha eleitoral de 2006 e o governo Lula 2007-2010 devem partir dessa experiência, para fazer diferente: na comunicação, no controle social e na democratização do Estado, no papel da chamada “área econômica”, na política de alianças institucional e na construção de uma aliança orgânica com os partidos de esquerda, movimentos sociais e intelectualidade progressista.

Nossa tática para as eleições de 2006 tem dois objetivos centrais: vencer as eleições presidenciais, impedindo que os neoliberais reconquistem o governo federal; e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares, criando uma das condições necessárias para realizar a transição do modelo econômico e social.

Neste sentido, nossa tática para 2006 deve buscar a eleição de mais senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais de esquerda, em particular petistas.

Para isto, devemos construir uma sólida aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula. Para isto, as direções partidárias em todos os níveis devem procurar estes setores, para dialogar aberta e francamente sobre a importância de vitória, não apenas de Lula, mas das candidaturas do PT e aliados, em todos os níveis.

Precisamos, finalmente, de uma campanha eleitoral de polarização entre as forças populares e os setores neoliberais.

Esta polarização já está em curso, como se pode ver no debate diário nas CPIs e nos meios de comunicação. Cabe ao PT e seus aliados adotar uma atitude ainda mais ofensiva frente ao PSDB-PFL, mostrando entre outras coisas que problemas fundamentais do país remontam às privatizações tucanas (privataria), a compra de votos para a reeleição, ao engavetamento de CPIs e tantos outros casos.

A divulgação de um dossiê das privatizações e da quebraadeira, a ser lançado pelo partido no mês de maio, é um instrumento importante nesta disputa.

Por outro lado, o Partido deve também acentuar a crítica à CPI dos Correios e dos Bingos, demonstrando que, na primeira, houve um claro desejo de não avançar nas investigações em “épocas tucanas”, o que coloca sob suspeição o relatório final – aprovado em claro desrespeito ao regimento interno da Câmara e a princípios democráticos. Na segunda, dos Bingos, os desvios de foco e do objeto de investigação que vêm incorrendo os seus membros podem tornar inevitável o recurso à Justiça.

Ao mesmo tempo em que enfrentaremos de maneira ofensiva o debate sobre a corrupção, devemos mostrar para a sociedade que o fundamental é o debate entre projetos políticos, sobre como melhorar as condições de vida da população, como ter crescimento com distribuição de renda e riqueza, como recuperar ainda mais as condições de funcionamento do Estado, como ampliar a democracia e garantir soberania nacional.

Este debate, em que mostraremos que o Brasil não pode andar para trás, exige mudar o terreno principal do enfrentamento: das CPIs para as ruas, do Congresso para a campanha eleitoral.

Ao longo de 2005 houve, em nosso país, um considerável avanço do conservadorismo. Apoiando-se na difusão de preconceitos, em erros do próprio PT e no discurso incoseqüente do esquerdismo, a direita se viu mais à vontade para disseminar um senso conservador, ainda que difuso. Isso se expressou, por exemplo, na votação do referendo de 23 de outubro sobre o comércio de armas e na cobertura que a mídia fez da crise política dos últimos meses.

Para evitar a armadilha do conservadorismo, temos o desafio de retomar o debate programático, sobre os grandes desafios postos para o Brasil e os diferentes caminhos propostos por cada candidatura e partido. A diferença é que faremos isso, não mais como força de oposição, mas como força hegemônica no governo federal, em três governos estaduais e em centenas de prefeituras.

Aliado a defesa daquilo que já estamos desenvolvendo, nesses diferentes níveis de governo, temos que estabelecer um contraponto explícito em relação ao governo tucano que nos antecedeu e em relação ao que fariam o PSDB-PFL caso retornassem ao governo federal.

Nossas chances de sucesso nas eleições de 2006 dependem em grande medida de sermos capazes de aparecer para a sociedade como expressão política, governamental e partidária, das demandas por um país democrático, popular e socialista. Neste sentido, a disputa clara de projetos, o confronto ideológico, a contraposição de modelos de país, constituem um aspecto fundamental da disputa eleitoral.

Estes desafios devem ser enfrentados “a quente”, ou seja, no curso do balanço do governo Lula; da elaboração das diretrizes do programa de governo 2007-

2010; na organização da aliança com que disputaremos as eleições; da escolha de nossos/as candidatos/as a presidente, vice-presidente, governadores, senadores e deputados; na atuação das bancadas parlamentares; na disputa político-ideológica de projetos na sociedade e na ação de nossos governos, principalmente do governo federal.

Desta disputa de projetos deriva nossa capacidade de rearticular organicamente o campo democrático e popular. Chegamos à presidência da República como expressão desse bloco histórico, composto pelos partidos de esquerda, movimentos sociais, mandatos parlamentares, governos e intelectualidade democrática. Um de nossos desafios, na campanha eleitoral de 2006, é recompor e fortalecer este bloco.

O Partido dos trabalhadores tem dois grandes objetivos em 2006, vencer a eleição presidencial e criar as condições para que realizemos um segundo mandato superior ao primeiro.

Em nosso segundo mandato presidencial, precisaremos de uma governabilidade de novo tipo, baseada numa combinação adequada entre força parlamentar, presença em governos estaduais e municipais, apoio e mobilização organizada da sociedade, maior incidência do PT e demais partidos de esquerda, engajamento da intelectualidade democrática, maior iniciativa política de nossa administração e aprofundamento de nossas alianças internacionais.

Esta governabilidade de novo tipo começa a ser construída desde já, inclusive no processo eleitoral, tanto no âmbito nacional quanto nos estados.

É fundamental construir, para enfrentar a campanha eleitoral e o que se seguirá, uma cooperação política permanente entre os partidos de esquerda e os movimentos sociais de âmbito nacional.

É importante, também, a vitória de candidaturas petistas e de nossos aliados de esquerda, nas eleições para governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas.

É importante, finalmente, que se constituam, - tendo em vista nossa tática eleitoral nacional e estadual - alianças com outros partidos, que integram a base de apoio do governo; bem como alianças com partidos que não integram a base

de apoio do governo, mas que, nos estados, são aliados das forças democráticas e populares e adversárias do PSDB e PFL, núcleo da oposição conservadora que devemos derrotar.

As alianças que o PT fará, tanto no primeiro quanto no segundo turno, tanto nos estados quanto nacionalmente, serão baseadas exclusivamente em compromissos programáticos e participação nos governos.

O 13º. Encontro autoriza o Diretório Nacional a analisar e decidir, caso a caso, as alianças com partidos da base do governo, bem como apreciar recursos sobre alianças estaduais.

É importante registrar, porém, que, tendo em vista as diferentes dinâmicas eleitorais existentes, no plano estadual e federal, em alguns estados a campanha Lula poderá ter mais de um palanque.

A oposição tenta retomar o cerco

O ano eleitoral de 2006 iniciou com o Partido dos Trabalhadores e o governo do presidente Lula conseguindo enfrentar e superar o cerco político movido pela oposição, em 2005.

A superação do cerco político foi possível por uma série de fatores, entre os quais devemos destacar: a participação massiva dos filiados no processo de eleição das direções partidárias, o apoio popular ao presidente da República, a rearticulação da base do governo na eleição do atual presidente da Câmara dos Deputados, a maturação dos programas de governo e as iniciativas político-administrativas adotadas no último período.

Esses fatores refletem-se nas pesquisas de opinião, divulgadas nos primeiros três meses do ano de 2006. O PT continua sendo, dos partidos políticos brasileiros, o que tem maior apoio popular. A aprovação ao governo passou de 42% para 55%, de dezembro para março. Na comparação entre governos, 52% entendem que a gestão Lula é melhor que a de FHC, enquanto apenas 23% pensam o contrário. A intenção de voto melhorou de 9 a 11 pontos no período, e Lula vence em todos os cenários de primeiro e segundo turnos. Esses dados, da pesquisa IBOPE/CNI, é confirmado em vários outros levantamentos. É sintomática a persistente

tentativa da direita de desqualificar a opção dos trabalhadores por Lula nas próximas eleições.

Os dados das pesquisas realizadas no primeiro trimestre do ano fortalecem nossa convicção acerca da evolução positiva do nosso governo. Mas devemos estar atentos ao significado das pesquisas, sem supervalorizar seus resultados quando são a nosso favor, nem desqualificar quando são contra. Portanto, o nosso otimismo neste momento deve ser moderado e realista, de quem irá enfrentar mais uma dura e decisiva disputa política de nossas vidas de militantes petistas.

Apostando na idéia de que Lula e o PT chegariam muito enfraquecidos a 2006, o PSDB e o PFL foram surpreendidos com nossa recuperação. Foi nesses marcos que a oposição conduziu o processo de escolha do candidato tucano à Presidência da República, processo que demonstrou a natureza conservadora e antidemocrática do PSDB.

A própria dinâmica da escolha mostrou um PSDB dividido, com decisões centralizadas numa pequena cúpula e repleto de manobras obscuras. Revelou, também, como eram infundadas as ilusões daqueles que acreditavam num suposto compromisso do PSDB com o desenvolvimento, a democracia e a modernidade.

Geraldo Alckmin e José Serra expressam as mesmas opções programáticas fundamentais, como demonstram a ação de José Serra à frente da prefeitura paulistana e as ações de Geraldo Alckmin à frente do Governo de São Paulo.

Aliás, durante doze anos à frente deste governo estadual, o PSDB reduziu os investimentos sociais, sucateou a saúde e a educação, privatizou empresas públicas, demitiu 195 mil funcionários públicos e impediu a instalação de nada mais, nada menos, do que 65 Comissões Parlamentares de Inquérito.

Qualquer um que seja o candidato presidencial escolhido pelo PSDB, o programa da oposição de direita será o mesmo: retomada da agenda neoliberal e reacionária, supressão dos direitos sociais e constitucionais, privatizações e repressão aos movimentos sociais, submissão do Brasil aos interesses dos Estados Unidos.

O que a escolha do PSDB revela é que sua opção conservadora será apresentada sem disfarces. Geraldo Alckmin, o candidato preferido pelas elites, tem um discurso claramente conservador e reacionário, ao qual o PT oporá a defesa dos interesses democráticos, populares e nacionais. A mesma coisa acontecerá caso o candidato do PSDB seja José Serra, que vem demonstrando seu desejo de reverter a decisão de seu partido e ser ele o candidato à presidência.

O cenário eleitoral nacional ainda depende de vários fatores, entre os quais a decisão do PMDB acerca de sua tática na eleição presidencial. A combinação das estratégias nacionais dos partidos com os movimentos táticos estaduais será decisiva para uma definição das alianças eleitorais.

A hora é de enfrentamento de projetos e de históricos. A oposição, capitaneada pela aliança tucano-pefelista que governou o Brasil por oito anos, desempregando, desregulamentando, privatizando e desestruturando o Estado Nacional e submetendo o país aos interesses do capital financeiro internacional, tenta desesperadamente desconstruir a imagem de nosso governo e, por isso, acirrou seus ataques, que certamente prosseguirão no próximo período, com o claro objetivo de retomar o cerco contra o Partido e contra o Presidente da República.

O 13º Encontro Nacional do PT convoca a base do partido a denunciar e reagir à tentativa da oposição de retomar o processo denunciado, tentando levar novamente as atenções para esse campo, pois avaliam que perdem no campo programático e na comparação de governos.

Usam partidariamente a CPI dos Bingos, conhecida como CPI DO FIM DO MUNDO, buscando desesperadamente criar fatos políticos negativos contra o governo e o PT. O PT denunciou a inconstitucionalidade dessa CPI e buscou no Supremo Tribunal Federal o restabelecimento do fato determinado, pelo qual a CPI foi instalada. O STF deu provimento à liminar, restando à oposição vociferar contra o controle de constitucionalidade daquela Corte.

Por outro lado, o PT defende a imediata instalação da CPI das Privatizações que deve desencadear uma profunda investigação sobre o processo realizado no período em que a oposição governou o Brasil, aprofundando o conhecimento da sociedade sobre a natureza lesiva deste projeto e a marca anti-ética de sua atuação sobre o Estado brasileiro.

Ao fazermos isso, vamos também defender a democracia e a Constituição Federal. Devemos enfrentar, com franqueza, o tema da ética, e mostrar que, neste governo, a CGU ganhou força para controlar a administração, que a Polícia Federal tem mais orçamento e plena liberdade para investigar e que os dois procuradores-gerais do Ministério Público Federal não mereceram a alcunha de “engavetador-geral da República” como ficou conhecido Brindeiro no governo FHC.

O PT mobiliza desde já seus filiados e simpatizantes, seus aliados nos movimentos sociais e a população em geral em defesa da reeleição de Lula, bem como pela eleição de governadores e governadoras, deputados e deputadas estaduais e federais, senadoras e senadores identificados com nosso projeto, capazes de representar o anseio de mudanças que já se expressou na eleição de Lula em 2002, elegendo legislativos e executivos mais representativos das aspirações populares, criando assim melhores condições institucionais para que nosso segundo mandato seja superior ao primeiro.

O PT deve aprofundar o diálogo com os partidos, os movimentos e a intelectualidade progressista, no sentido de transformar este ano de 2006 em um ano de grande mobilização, em apoio ao governo Lula e pela conquista de mais um mandato presidencial, para prosseguir e aprofundar as conquistas deste governo, ampliar a participação popular na política e consolidar o projeto de democratização política e social no Brasil.

Como parte deste processo de mobilização, as instâncias partidárias devem constituir fóruns de debates sobre o balanço de nosso primeiro mandato e sobre o programa de governo para o segundo mandato, buscando reunir militantes partidários, dos movimentos sociais e intelectualidade democrática, para diagnosticar os avanços e as insuficiências, divulgar os programas federais e a aplicação de recursos em cada região, bem como debater as diretrizes de governo 2007-2010. Este debate deve ser combinado com a discussão sobre o programa de governo para as eleições estaduais.

O 13º Encontro Nacional do PT é um momento de aglutinação das forças partidárias e contribuirá para assegurar nossa unidade em defesa da reeleição do presidente Lula.

O 13º ENPT conclama a ampla participação dos filiados e simpatizantes na campanha eleitoral de 2006.

A militância de esquerda em defesa de um Brasil justo, democrático, sem retrocesso e que avance para novas conquistas é fundamental para a vitória. O partido apoiará e incentivará essa organização de base através de núcleos e de outras formas de organização.

COORDENAÇÃO DE CAMPANHA

O Encontro Nacional do PT, consciente da grande jornada política que o Brasil enfrentará nos próximos meses, decide iniciar a construção da Coordenação Política da Campanha Presidencial, designando nosso presidente nacional, deputado Ricardo Berzoini, para ser o Coordenador-geral da campanha.

De imediato, o Coordenador-geral e a Comissão Política submeterão à direção nacional do PT uma proposta de coordenação, dentro do espírito de unidade partidária, de construção de alianças partidárias e sociais.

O PT apóia a decisão do presidente Lula, de priorizar neste momento seu mandato e compromisso de governante, e tomar a decisão a respeito da candidatura no momento apropriado. Mas inicia a preparação da campanha eleitoral, com a convicção da responsabilidade política de construir a mobilização nacional em torno da continuidade das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que esses três anos e quatro meses propiciam ao país.

Construir a vitória do nosso projeto político no Brasil é fortalecer as transformações democráticas e populares que a América Latina vivencia e estabelecer novos desafios para um Brasil mais justo, solidário e democrático.

CONVOCAÇÃO DO III CONGRESSO NACIONAL DO PT

Convocar o III Congresso Nacional do PT para o segundo semestre de 2007, para analisar, discutir e deliberar sobre sua atuação política, sobre questões de âmbito nacional, atualização do programa e forma de organização e funcionamento partidário.

O III Congresso Nacional deverá ser antecedido de congressos estaduais e municipais, conforme critérios e pauta definidos em regulamento a ser estabelecido pelo próprio Diretório Nacional, que assegure ampla participação das bases partidárias.

Uma das questões a ser enfrentada, desde já e no processo do III Congresso, é a questão do financiamento da ação partidária. Uma das alternativas a ser considerada, na busca do auto-financiamento militante do Partido, é o retorno da contribuição mensal de todos os filiados.

A eleição dos delegados/as ao III Congresso deve garantir a mais ampla representação dos petistas inclusive através de delegações diretas da base partidária (núcleos, setoriais e diretórios).

O manifesto de lançamento do III Congresso e seu regulamento contendo a pauta, forma de funcionamento, critérios de participação, local e data e demais questões organizativas, deverão ser aprovadas na primeira reunião do Diretório Nacional de 2007.

A Comissão de Organização do III Congresso também será instituída na primeira reunião do Diretório Nacional de 2007.



**Diretrizes para a Elaboração
do Programa de Governo do
Partido dos Trabalhadores
(Eleição presidencial de 2006)**

A eleição presidencial de 2006 ocorrerá em um contexto totalmente distinto dos anos 1989, 1994, 1998 e 2002. O PT disputará o próximo pleito não mais como oposição, mas como partido que integra e encabeça a coalizão de forças políticas que atualmente governa o Brasil. Temos hoje maior conhecimento e experiência do Estado, importante para melhor definir diretrizes programáticas futuras. Mas é necessário também fazer um balanço das realizações deste Governo e das limitações que precisam ser superadas em um segundo mandato. Este balanço é fundamental para dar credibilidade a nossas propostas programáticas. Deve sintetizar medidas de transição de um primeiro para um segundo mandato, sem grande parte das limitações impostas pela herança recebida em 2002. Deve resgatar finalmente as esperanças de constituição de um Governo Democrático e Popular.

O Governo Lula se constituiu em meio a uma grave crise do capitalismo brasileiro. **Crise estrutural**, pois durante décadas o processo econômico, social e político brasileiro esteve marcado por profundas contradições: estagnação ou crescimento econômico socialmente excludente; concentração de poder durante as ditaduras ou mesmo nos de democracia mitigada; dependência que comprometeu a soberania nacional. **Crise conjuntural**, pois na década dos 90 a aplicação de um receituário econômico conservador, de inspiração neo-liberal, freou o crescimento, concentrou renda e riqueza, debilitou o Estado, afetou o equilíbrio regional, fragilizou a segurança energética, comprometeu a soberania nacional. Mesmo a estabilidade, que tanto alardeou buscar o Governo FHC, não foi alcançada, nem no terreno macro-econômico, nem no âmbito estritamente monetário. Ao contrário, findos os oito anos FHC, o Governo Lula herdou pesada herança: reinício de um ciclo inflacionário, elevadas taxas de juros, descontrole cambial, aumento exponencial da relação entre dívida interna e PIB, baixa credibilidade internacional e forte vulnerabilidade externa, desorganização dos

serviços públicos, criminalização das oposições, em especial dos movimentos sociais e sistemáticas tentativas de desqualificação das forças de oposição.

O Brasil herdado por Lula era um país marcado por uma gravíssima crise social e muito dependente dos movimentos erráticos do capital especulativo nacional e internacional, submetido às regras do FMI, com escassas reservas cambiais, ameaçado por uma moratória, amedrontado pela possibilidade de repetição aqui da crise que se havia abatido pouco antes sobre a Argentina. Graças a uma política externa soberana de aproximação com os países do Sul, o Governo Lula conseguiu reverter a Balança Comercial e o Balanço de Pagamentos, tornando o Brasil superavitário em moedas fortes, o que lhe permitiu amortizar parte da dívida externa, inclusive a contraída com o FMI.

Em pouco mais de três anos, essa tendência começou a ser revertida. A ação do Governo Lula evitou a catástrofe. A economia ainda não retomou o crescimento esperado pelos que elegeram Lula em 2002 e desejado pelo próprio Governo. Mas a inflação foi contida e revertida. Iniciou-se um processo de distribuição de renda, que se expressa no aumento do rendimento dos trabalhadores, em especial do salário mínimo, na queda do custo da cesta básica em relação ao nível geral dos preços, na redução da pobreza, como atesta a última PNAD, no aumento do ingresso dos trabalhadores no mercado formal. O país está menos vulnerável do ponto de vista internacional, graças em parte ao extraordinário crescimento e diversificação do comércio internacional. O déficit em conta-corrente do Balanço de Pagamento se transformou em superávit. Diminuiu a dívida externa e alongou-se seu perfil. A dívida interna foi praticamente desdolarizada e sua relação com o PIB reduzida. O país não renovou o acordo com o Fundo Monetário Internacional e pode prescindir de seu monitoramento.

O caminho adotado para fazer o ajuste da economia, ao exigir a limitação do gasto público e o contingenciamento da execução orçamentária para elevar o superávit primário, impôs limites aos investimentos, às políticas de redução da pobreza e de redistribuição de renda. Isso não impediu, no entanto, avanços importantes no plano social. Houve diminuição significativa do desemprego, formalização do mercado de trabalho, forte expansão do salário mínimo, progresso efetivo na reforma agrária. Todas essas conquistas o Governo compartilha com os movimentos sindical e popular, com os quais manteve interlocução permanente. **O Programa Fome Zero** e, dentro dele, em especial, o **Bolsa Família**, permitiu que, até agora, mais de 30 milhões de brasileiros

pu dessem se beneficiar desse mecanismo de transferência de renda. Mesmo tendo impacto menor do que políticas sociais como o SUS e a Previdência Social, a Bolsa Família constitui importante instrumento que de distribuição de renda. Além de suas conseqüências sociais no plano da saúde e da educação, a Bolsa Família revelou-se meio eficaz para dinamizar a constituição de um grande um mercado de bens de consumo de massas. Trata-se de importante instrumento econômico que confere às famílias em situação de emergência social um direito claramente definido em lei, administrado em forma isenta pela Governo Federal em cooperação com estados e municípios. Pode ser visto como passo importante na implantação gradual da Renda Básica de Cidadania (Lei 10.835/04) sancionada pelo Presidente Lula. Soma-se a essas iniciativas, a expansão do crédito popular, cuja consistência a médio prazo depende da retomada do crescimento e do emprego.

Foi necessário desencadear um processo de reconstrução do Estado, enfraquecido por forte crise fiscal, por privatizações, terceirização de seu pessoal, pelo caráter conservador das políticas públicas anteriormente postas em prática. Deu-se um enfrentamento racional e corajoso das questões energéticas, dos temas do meio ambiente, das desigualdades regionais, sobretudo no que se refere ao Nordeste. Sentaram-se as bases para uma efetiva recuperação da infraestrutura nacional, combatida por décadas de descaso. Uma nova política industrial e de ciência e tecnologia, abriu perspectivas para efetiva modernização do país. Ela vai acompanhada da revalorização e democratização da universidade brasileira, de que são testemunhas sua expansão e os aumentos de salários e os investimentos nas áreas de pesquisa.

A despeito dos ataques e denúncias da oposição, o Governo Lula respeita e promove em nosso país a democracia, as instituições republicanas e os direitos humanos. Implementou inúmeras iniciativas de combate ao racismo e defesa dos direitos das mulheres. A imprensa não sofreu nem sofre qualquer restrição, mesmo quando setores dela operam com indisfarçável parcialidade. Diferentemente do passado, Comissões Parlamentares de Inquérito examinam todas as denúncias que surgiram. O Poder Judiciário cumpre seu papel e instituições como a Polícia Federal, o Ministério Público e a Ouvidoria têm realizado exemplar trabalho de investigação de delitos, sejam os acusados de partidos da base governamental ou da oposição. Parte importante das denúncias que o Legislativo investiga foram apuradas pela Polícia Federal. O Governo esteve na origem de importantes iniciativas votadas pelo Congresso como a

reforma do Judiciário, a lei que combate a violência doméstica, que abre os arquivos da ditadura militar. Além disso estabeleceu-se nova relação da União com estados e municípios, que puderam beneficiar-se, sem discriminação partidária de qualquer tipo das políticas sociais e de combate à violência implementadas pelo Governo Federal.

Finalmente, o país passou a ocupar internacionalmente o lugar que lhe corresponde e que os brasileiros exigiam. Uma política externa ativa e altiva, devolveu-nos o sentido da soberania. Sem confrontações ideológicas e enfrentamentos desnecessários, o Brasil assumiu papel importante nas grandes questões internacionais – econômico-financeiras, comerciais, da reorganização das Nações Unidas ou do combate à fome e à pobreza - pregando a paz, o respeito ao Direito, o fim das desigualdades econômicas e sociais entre as nações e o multilateralismo. Aproximamo-nos da África, continente com o qual temos dívidas históricas. Estabelecemos diálogo importante com o mundo árabe. Impulsionamos um eixo Sul-Sul, ao definir fortes relações com a África do Sul, Índia, China e Rússia. Mas, sobretudo, levamos adiante consistente processo de integração na América do Sul, reforçando o Mercosul, participando ativamente da criação da Comunidade Sul-americana de Nações e estendendo nossa presença em toda a América Latina e Caribe.

O Programa para as eleições de 2006 tem dois pontos de partida: por um lado, as realizações do Governo Lula, que o colocam muito à frente dos últimos governos, sobretudo do de FHC. Por outro lado, nosso objetivo de construir um Brasil democrático e popular, liberto da dependência externa, com soberania nacional e igualdade social. Não se trata, porém, de ficar preso à comparação com o medíocre governo FHC. Nem, tampouco, de propor uma simples continuidade do até aqui realizado. O fundamental é afirmar a validade e a atualidade de uma transição de um velho Brasil, para um novo projeto nacional de desenvolvimento, que harmonize o econômico e o social, impulsionando as potencialidades locais produtivas e sociais, capaz de avançar mais rapidamente em direção a um ciclo de crescimento acelerado, fundado na distribuição de renda, macroeconomicamente sustentado, com mínima vulnerabilidade externa a realizar-se em um marco de expansão da democracia e da solidariedade continental. Esse modelo resgata a esperança desatada pela candidatura Lula em 2002 e pelos 26 anos da história do PT. A realização desses objetivos não é um simples ato de vontade política. Exige enfrentar e mudar uma correlação de forças desfavorável - nacional e internacionalmente -, dar passos seguros para

superar a grande tragédia que são a desigualdade e a exclusão que marcam secularmente nosso país. Exigirá reformas sociais e políticas capazes de vencer a inércia burocrática e conservadora de nossas instituições. Mas, sobretudo, dependerá dos avanços na democratização do Estado brasileiro e da intensa participação da sociedade, construindo novas bases para a governabilidade, expandindo a cidadania, a participação popular e o protagonismo das entidades representativas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, afirmando a soberania nacional e promovendo integração regional.

O Programa de Governo 2006 não se confunde com o Programa do Partido, que o Congresso do PT irá (re)definir em 2007, nem com as Diretrizes aprovadas pelo 13o. Encontro Nacional do PT. Tampouco o debate sobre as Diretrizes esgota o processo de balanço do governo Lula e das opções feitas pelo PT em 2003-2006, debate que terá seu momento de conclusão no III Congresso do Partido. O Programa de Governo tem sua especificidade. Deve expressar, no processo eleitoral, a opinião de um conjunto de forças políticas de esquerda e democráticas comprometidas com transformações importantes de nossa economia, sociedade e instituições políticas. Busca ir além dos partidos, traduzindo a vontade de mudança de amplos setores da sociedade brasileira. Mais do que isso: tendo em vista as resistências que ele enfrenta, só será factível se a sociedade mobilizar-se para sua implementação. O socialismo petista - nosso horizonte estratégico - é uma construção histórica e não um objetivo abstrato a ser atingido. O PG-2006 - sua formulação e implementação - tem de estar em sintonia com nossa visão mais ampla sobre o futuro do Brasil.

A credibilidade do Programa depende não só do balanço do Governo e da relação entre o que foi até agora realizado e o futuro. Depende também da capacidade do Governo de transformar muitas de suas metas em iniciativas concretas, ainda em 2006. Nesse sentido, o último ano deste Governo deve ser entendido como o primeiro ano do próximo. Os resultados concretos da ação governamental que estão aparecendo nestes primeiros meses de 2006 - e que são claramente percebidos pela sociedade brasileira - mostram que uma nova dinâmica está se impondo.

Não basta celebrar as realizações do Governo e oferecer uma mera perspectiva de continuidade. Será necessário, **em primeiro lugar**, um balanço franco do Governo. **Em segundo lugar**, é importante que o programa mostre o até agora realizado como base para avançar na direção das mudanças que mobilizaram os

eleitores em 2002. Contra o discurso da “decepção”, que a direita tenta disseminar e impor, trata-se de buscar o reencontro com a “esperança”. Isso exige uma inflexão no discurso do Governo, capaz de traduzir em outra linguagem os avanços alcançados. A presença na equipe econômica de quadros vinculados ao pensamento hegemônico no governo anterior, deu em muitos momentos um viés conservador ao discurso governamental, que foi ampliado por alguns meios de comunicação. O objetivo era reduzir a política econômica às iniciativas nos campos monetário e fiscal, apresentando-a como continuidade do governo FHC. Como a política monetária supunha a adoção de medidas impopulares, nos vimos diante de um problema: o conflito com as expectativas de grande parcela das bases sociais do campo democrático e popular, hostis ao discurso emanado de parcela da equipe econômica. Na verdade, a política econômica do atual Governo não é continuidade daquela de FHC, como pretende a oposição e, candidamente, às vezes foi repetido por alguns membros no Governo. Estando o país à beira de grave crise, foi implementado um conjunto de medidas com o objetivo de evitar – como se conseguiu – uma catástrofe.

O Governo e o PT sofreram duro golpe no ano de 2005. A direita reorganizou-se e soube aproveitar nossos erros para desfechar um ataque frontal, que tinha como programa máximo o impeachment de Lula e a ilegalidade do partido e, como programa mínimo, a derrota acachapante de ambos nas próximas eleições para, com isso, desmoralizar as esquerdas, “varrer por trinta anos esta raça”, com proclamou Konder Bornhausen.

Passado o impacto da derrota de 2002, a oposição se recompôs, sobretudo a partir do caso Valdomiro Diniz. Ao lado de um discurso sobre a ética republicana, para cuja autoria não tinha autoridade política ou moral, e que ganhou força em 2005, ela tentou sucessivamente caracterizar o Governo como “autoritário”, ou mesmo “totalitário”, “aparelhista”, desprovido de projeto nacional, buscando o poder pelo poder. Em sua ofensiva beneficiou-se dos erros políticos cometidos pela direção partidária e de desacertos do governo, especialmente em matéria de coordenação política e comunicação. O Partido não foi capaz de construir um discurso de apoio ao governo e, ao mesmo tempo, manter sua autonomia, indispensável num governo de coalizão. Não mobilizou a sociedade. Ademais, não percebeu a tempo que membros de sua direção haviam enveredado pelo caminho da aventura, tentando, de forma temerária, construir uma base de sustentação governamental e uma política de finanças com base em métodos que o PT sempre repudiou.

Nem o Partido, nem o Governo, tiveram percepção exata do ambiente conservador que se gestara no país nos últimos tempos e que se expressava em episódios como o do referendo sobre o desarmamento, no surgimento de uma ativa intelectualidade de direita, para só citar dois exemplos. Mais do que isso, a ausência de um discurso à altura das expectativas populares e que correspondesse às transformações em curso fez com que a direita, até bem pouco combatida, conseguisse ocupar espaços vazios deixados pela esquerda. Isso implica em que o debate programático que se avizinha terá de ser também uma confrontação político-ideológica, um enfrentamento cultural capaz de desconstruir o discurso conservador e refazer uma alternativa progressista e popular. Significa, igualmente, que o PT terá de organizar um discurso didático que resgate o Governo Lula como superior ao de FHC mas, sobretudo, como capaz de dar um salto de qualidade em seu segundo mandato, a partir do trabalho realizado no primeiro. Esse discurso não deve escamotear as dificuldades objetivas que nos cercam; menos ainda nossos erros. Ele próprio é instrumento para vencer nossas limitações.

O Governo Lula iniciou a construção do que podemos chamar de "Estado de Bem Estar" no Brasil, após a onda de ataques ao emprego, às políticas sociais e aos direitos dos trabalhadores nos anos FHC. Os programas de transferência de renda têm forte impacto sobre a reativação da economia, transcendem o assistencialismo, mas o desafio para o segundo mandato é transformar esses programas em políticas sociais universais, tais como a Previdência Social e o SUS mais adequados ao nosso país que se caracteriza por profundas desigualdades sociais. Contribuem também para a inclusão social o forte processo de bancarização, o micro-crédito, o crédito consignado e o Luz para Todos. Na educação, a aprovação do FUNDEB abre novas perspectivas para o ensino médio, dando-lhe a qualidade que ele hoje não possui. Foram criadas novas universidades e novos campi em universidades existentes. O Pro-Uni contribui para esse esforço de democratização da Universidade incorporando setores até então fortemente excluídos do ensino superior por sua origem social ou étnica, com destaque para a implementação das políticas de cotas para negros e índios para acesso às universidades. Da mesma forma, avançou-se muito na universalização em matéria de saúde: o programa SAMU (atendimento de emergência) hoje serve 68 milhões de brasileiros, com mais serviços, contra 10 milhões em 2003; foi implantado o primeiro programa integral de saúde bucal, atendendo hoje 47 milhões de brasileiros, contra 26 milhões no início do Governo; o programa de

saúde da família foi multiplicado em sua capacidade, hoje com 24 mil equipes espalhadas por todo o país.

Lula introduziu novas relações do Estado com o mundo do trabalho, contrastantes com as imagens do Governo FHC reprimindo os petroleiros e outros trabalhadores em greve. Não só houve o crescimento de cerca de dez vezes da taxa mensal de criação de empregos, como reverteu-se uma forte tendência de informalização do mercado de trabalho, além dos ganhos em matéria salarial. A imensa maioria dos dissídios propiciaram para os trabalhadores aumentos superiores à inflação. As políticas de emprego deverão no próximo Governo estar crescentemente marcadas por critérios de aproveitamento equânime em termos de raça, gênero e faixa etária, garantindo a ascensão de segmentos discriminados a todos os níveis hierárquicos do mundo do trabalho.

O PT reafirma sua convicção de que a questão agrária é parte fundamental de nosso projeto de desenvolvimento nacional, entendendo que deva ser tratada a partir do respeito à diversidade ambiental, étnica, de gênero e cultural, e possibilitando a necessária desconcentração fundiária em nosso país. No Governo Lula fortaleceu-se a agricultura familiar. Seu financiamento cresceu de 2,3 bilhões de reais, em 2002, para 9 bilhões em 2006. Duzentas e sessenta e seis mil famílias foram assentadas em três anos, mais do que nos oito anos do Governo anterior. O Governo Lula pretende, até o fim deste ano, assentar as 400 mil famílias previstas. A área destinada a reforma agrária em três anos de Governo alcançou 22,5 milhões de hectares, muito mais do que nos oito anos anteriores. As famílias assentadas com assistência técnica chegaram a 450 mil no final de 2005, contra apenas 85.460 mil no último ano do governo anterior. Foi de extrema importância a ação governamental que permitiu o resgate de terras para os Quilombolas. A Reforma Agrária ampla, massiva e de qualidade continua sendo a principal bandeira para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, pois o Brasil ainda é um dos países com maior concentração de terras, o que é a causa dos conflitos e da violência no campo. Comprometido com essa luta, o Partido dos Trabalhadores defende o fortalecimento da agricultura familiar e a ampliação da intervenção sobre a estrutura fundiária. O avanço da reforma agrária e da agricultura familiar demanda a atualização dos índices de produtividade, a ampliação das possibilidades de desapropriação, a verificação das dimensões ambiental e trabalhista da função social da propriedade. Exige ainda a construção de um novo padrão de organização econômica e social no

campo, através da sua agro-industrialização, acompanhada de ações de reforço expressivo na alocação de recursos orçamentários e uma maior integração das políticas de acesso a direitos e de apoio a produção, agregação de valor e comercialização, criando assentamentos adequados a cada ecossistema brasileiro. Foi de extrema importância a ação governamental que permitiu o resgate dos Quilombolas, com a identificação de 1800 comunidades, habitadas por estas populações há mais de um século e que necessitam ter suas terras titularizadas. A criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca possibilitou a milhares de pescadores receberem orientação e capacitação para acesso ao crédito, ao associativismo e a organização da cadeia produtiva., além de mecanismos de proteção social.

No que se refere ao Estado brasileiro abandonou-se a opção anterior pelo Estado mínimo, que privatizou empresas, terceirizou funções e instituiu mecanismos frágeis de regulação. Interrompeu-se o ciclo de privatizações, concursos recompuseram áreas fundamentais do serviço público. Foram retomados os investimentos no saneamento básico, tendo sido já contratados 6.2 bilhões de reais de serviços nesta área. Deu-se vigoroso impulso às grandes estatais A Petrobrás, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o BNDES, a Infraero, para só citar algumas empresas, passaram a ter papel estruturante na reorganização do país, ao mesmo tempo em que exibem uma rentabilidade que nunca tiveram. Cai por terra a tentativa de atribuir ao Governo o “aparelhamento” do setor estatal. Pelo contrário: o desempenho positivo das estatais é produto da orientação política implementada a partir do Governo Lula.

Por intermédio de grandes conferências e consultas nacionais sobre o orçamento, saúde, campo, mundo do trabalho, mulheres, cultura, meio ambiente, políticas de promoção racial, economia solidária e tantos outros fóruns, foi possível fazer incidir sobre a agenda do Governo a opinião da sociedade organizada, diferentemente do que ocorreu no passado. Mas o Governo compareceu a esses foros com um amplo espectro de propostas. Essa interlocução Governo-sociedade foi de extrema importância para a consolidação e aprofundamento da democracia.

O investimento em pessoal e equipamento na Polícia Federal permitiu inéditos avanços no combate ao crime organizado. No plano da repressão às organizações criminosas que eliminam lideranças populares no campo e na cidade, iniciaram-se experiências de ação articulada do Governo com os

movimentos sociais e de Direitos Humanos, envolvendo a Polícia Federal e outras instituições do Estado, visando um combate ao crime organizado com a participação da população. Medidas de transparência e sistemáticas auditorias foram organizadas pela Corregedoria Geral União, zelando pelo emprego adequado dos recursos públicos. É necessário reconhecer, no entanto, que o combate à corrupção sistêmica exige iniciativas de maior profundidade, em particular com o aumento da transparência pública e de formas de controle social - internas e externas -, tecnicamente equipadas, sobre todos os entes do Governo Federal.

Foi na relação do Estado com a gestão macro-econômica que nosso Governo encontrou maiores dificuldades de transitar para um outro paradigma. A “autonomia operacional” do Banco Central, maior do que em períodos anteriores, permitiu uma política monetária - revestida de um discurso conservador - que se chocou, mais de uma vez, com as bases sociais do Governo e com o próprio Governo.

A taxa de juros básica da economia, ainda que menor do que a média dos anos FHC, permaneceu elevada, com forte impacto no aumento da dívida pública e na dinâmica da economia, na medida que os elevados superávits primários, além das metas publicamente fixadas, subtraíram recursos para investimento e custeio, com conseqüências negativas para o desempenho do Governo. Taxas de juros elevadas foram as únicas soluções encontradas pelo BC para o necessário controle da inflação. As metas de inflação, por sua vez, foram definidas pelo Conselho Monetário Nacional, sem levar em conta opiniões vocalizadas pelos mais variados setores da sociedade, especialmente os trabalhadores e os empresários dos setores produtivos.

Assim, se a inflação foi controlada, se foi reduzida a relação dívida pública/PIB, se o crédito consignado permitiu acesso ao crédito com taxas diferenciadas, o crescimento da economia brasileira ficou aquém do crescimento médio das economias mundial, latino-americana e dos países emergentes. Restrições ao crescimento, cortes na execução orçamentária e inibição ao crédito para investimento e consumo a taxas compatíveis com o resto do mundo limitaram fortemente o positivo das políticas de emprego e renda do Governo Lula.

Tendo como objetivo conduzir a transição de um paradigma neo-liberal para outro padrão de desenvolvimento, a obra do Governo Lula é ainda parcial,

desigual e incompleta. Foi insuficiente para mudar de conjunto a realidade social aflitiva do país. Condicionantes externos e internos do Governo foram sendo, no entanto, modificados. Apesar da crise vivida em 2005, o PT e os partidos de esquerda que apóiam o Governo continuam a ser referências para os movimentos sociais mais importantes do país. A presença de Lula na presidência do Brasil constitui um ponto de apoio para que se crie, na sociedade brasileira, uma cultura política que supere a hegemonia das elites na política brasileira.

Por isso tudo, a vitória de Lula e das forças populares em 2006 será um passo fundamental para dar novo impulso à mudança histórica anunciada em 2002, iniciada nos últimos três anos, e para cuja aceleração estão criadas condições excepcionais, dentre outros fatores pelas reformas até agora já realizadas. É necessário, assim, anunciar as grandes diretrizes do Programa de Governo 2006, que dará novo impulso ao processo em curso.

Crescimento. O Brasil crescerá em forma acelerada, em níveis superiores aos das duas últimas décadas, inclusive aos deste Governo. Esse crescimento é condição necessária, ainda que não suficiente, para atualizar a infra-estrutura, expandir e qualificar o parque produtivo e, sobretudo, resgatar a gigantesca dívida social que golpeia o país. Para esse crescimento sustentado se fazer viável, sem gerar surtos inflacionários de demanda, gargalos na infra-estrutura ou desequilíbrios ambientais irreversíveis, o Brasil terá de: (a) avançar na estrutura de financiamento do investimento produtivo, potenciando a ação combinada de vários bancos, especialmente dos públicos, e/ou estabelecendo regulações pactuadas que incentivem o retorno de capitais rentistas ou especulativos para a esfera da produção; (b) harmonizar o ritmo e o direcionamento dos investimentos produtivos com o potencial de expansão do fornecimento de insumos e serviços básicos, tais como energia, transportes e telecomunicações, bem como adequá-los à capacidade de suporte de cada um dos nossos diversos ecossistemas. Nesse processo será fundamental a ação de um Estado, democratizado e socialmente controlado.

Distribuir renda. O crescimento não pode ser apenas fator de distribuição de renda, mas também sua conseqüência. A inclusão social, o combate à pobreza, a distribuição de renda serão alcançadas com reformas econômicas e sociais. Entre estas reformas, há algumas (como a Reforma Agrária, a Reforma Urbana e a democratização da comunicação de massa) que abrem o caminho para uma mudança na estrutura de propriedade existente no país e que ajudam na

constituição de um grande mercado de bens de consumo de massas. As políticas de transferência de renda por meio do Estado serão necessárias por muito tempo. Tenderão a perder seu peso, no entanto, na medida em que o Brasil avançar na constituição de um Estado de Bem Estar. No campo brasileiro, essa estratégia de desenvolvimento supõe aprofundar a reforma agrária com fortalecimento da agricultura familiar e a efetivação da demarcação das terras indígenas e quilombolas permitindo um desenvolvimento sustentável e respeitadas as particularidades culturais. Serão fundamentais a definição de metas sociais a serem alcançadas e o estabelecimento de mecanismos regulatórios de proteção aos micro, pequenos e médio empreendedores, intensificando o fomento ao desenvolvimento local endógeno, baseado nas potencialidades produtivas e sociais, tendo como modelo de organização produtiva empreendimentos associativos de economia solidária auto-geridos pelos trabalhadores/produtores, estimulando o cooperativismo, a autogestão e a participação dos trabalhadores na gestão micro e macro-econômica. O novo Governo prosseguirá em seu esforço de constituir uma economia solidária, estimulando o cooperativismo, a auto-gestão e a participação dos trabalhadores na gestão micro e macro-econômica. Da mesma forma, impõe-se a regulamentação do dispositivo constitucional que estabelece a função social da propriedade, o que se fará em perfeita consonância com os movimentos populares que lutam pela terra, pela moradia, pelo ambiente sustentável e contra a usura bancária.

Estabilidade macro-econômica. O esforço de estabilizar a economia deve ser conduzido de forma a cumprir os objetivos de crescimento e distribuição de renda. A melhor forma de reduzir a relação dívida/PIB é expandir o Produto Interno Bruto. O combate à inflação é fundamental. Pode ser feito através de um sistema de metas adequado aos imperativos do desenvolvimento, assim como pelos instrumentos postos à disposição do Estado e da sociedade democrática para estimular e regular a oferta de bens e serviços. O Banco Central, cuja ação tem um impacto decisivo sobre o conjunto do desempenho econômico-social do país, tem de adequar sua agenda ao conjunto dos interesses da sociedade. Além de ser o guardião da moeda, deve igualmente preocupar-se com o crescimento, o emprego, trabalho e renda e o bem estar social, como ocorre em outros países do mundo. Necessita, assim, estar sintonizado com os grandes problemas nacionais. Será necessário acelerar o esforço atual de reduzir os juros, para permitir ao país uma expansão mais pronunciada. Uma maior redução da Taxa Selic é essencial, inclusive para lograr-se um câmbio mais compatível com as

políticas de desenvolvimento e exportação necessárias ao país. O gasto público em custeio e investimento tem de ajustar-se a esse enfoque renovado do desenvolvimento econômico. Isso exige uma execução orçamentária criteriosa que não paralise o Governo, sobretudo suas políticas sociais.

Vulnerabilidade externa. Dar-se-á prosseguimento ao exitoso esforço de reduzir a vulnerabilidade externa da economia. A política de comércio exterior, cujo sucesso esteve vinculada em boa parte à projeção político-diplomática do Brasil no mundo, mostrou que se pode fortalecer o mercado externo de maneira compatível com a ampliação do mercado interno. Crescentes superávits comerciais e das contas externas, desdolarização da dívida interna, alongamento do perfil do endividamento externo, expansão das reservas, são elementos necessários de proteção contra ataques especulativos, reduzem o Risco País e permitem à economia maior competitividade em sua inserção mundial. O Brasil deverá prosseguir em seu esforço de modificar as instituições financeiras internacionais na busca de uma ordem econômica menos desigual e mais justa. Para aumentar a soberania nacional será necessário também fortalecer um sistema nacional de inovações e um sistema público de financiamento de longo prazo.

Democracia. Todos esses avanços no plano econômico e social são essenciais para fortalecer a democracia política no país. Reformas políticas permitirão democratizar as instituições do Estado e a ampliação de um espaço público - terreno onde se criam novos direitos sociais - garantirá o controle do Estado pela sociedade. Isso assegura mais eficácia no combate à burocracia e à corrupção e na implementação de políticas públicas. Deverá se avançar mais na criação de formas participativas de discussão do orçamento federal. Os projetos sociais, especialmente os de massivo alcance popular, como o Fome Zero, devem combinar formas de controle institucional (Ministério Público, CGU, Tribunal de Contas etc.) com um efetivo controle e fiscalização social, em organismos populares com autonomia em relação à máquina estatal, aos governos e aos partidos. A reforma do sistema partidário e eleitoral, com a adoção do financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária, o voto em lista que permite o fortalecimento nacional dos partidos não pode mais ser adiada. A proteção dos Direitos Humanos, iniciativas em favor de minorias e um maior entrosamento e controle sobre polícias e prisões são fundamentais para reduzir um dos principais fatores de intranqüilidade da sociedade na cidade e nos campos: a violência e o crime organizado. A democratização do acesso e da

produção de informação deve ser vista cada vez mais direito essencial da cidadania e não como mercadoria controlada por monopólios.

Os governos democráticos e populares que marcaram o imaginário social foram aqueles que combinaram a idéia de inverter prioridades e garantir ganhos materiais aos historicamente excluídos pelas políticas dos governos tradicionais, via melhorias na infra-estrutura e políticas sociais, com formas inovadoras de participação popular através da democracia participativa, materializada em experiências exitosas como o Orçamento Participativo (OP), os conselhos de direitos, temáticos e setoriais e movimentos sociais. Para amplos setores da sociedade, essas experiências mostraram que é possível construir uma nova sociedade e novas formas de organização do Estado.

Ao combinar ganhos na qualidade de vida dos setores populares (que têm reivindicações e interesses históricos contraditórios com o funcionamento da sociedade capitalista) com novas formas de relação do Estado com a sociedade, colocando o primeiro sob controle desta, temos melhores condições de responder positivamente à contradição de como governar sem frustrar expectativas. Ao mesmo tempo, dialogamos com dois princípios básicos da sociedade socialista que pretendemos construir: uma democracia superior à democracia liberal e políticas que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo. Dessa forma, associamos às realizações de governo a construção de uma nova cultura política, de homens e mulheres que participam, mobilizam-se socialmente em busca de direitos individuais e coletivos.

A prática da democracia participativa, associada à democracia representativa, tem demonstrado e aberto novos caminhos para a implementação de um projeto democrático popular. A participação, organização e mobilização popular garantem governabilidade, transparência na gestão e no gasto público, redistribuição da renda pública a favor das camadas populares e a construção de uma economia popular, com cidadania plena e solidariedade. *A “redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa (...) deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-gestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será*

fator chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões..”
[Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para a o Brasil, Encontro Nacional do PT, Recife, dezembro de 2001]

Combate às desigualdades e discriminações - O segundo Governo deve consolidar e avançar na implementação de políticas afirmativas e de combate aos preconceitos, à discriminação, ao machismo, racismo e homofobia. As políticas de igualdade racial e de gênero e de promoção dos direitos e cidadania de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais receberão mais recursos. A Secretaria Especial de Mulheres, a Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial e o Programa Brasil sem Homofobia serão fortalecidos, influenciando e dialogando transversalmente com o conjunto das políticas públicas. O Governo Federal se empenhará na agenda legislativa que contemple as demandas desses segmentos da sociedade, como o Estatuto da Igualdade Racial, a descriminalização do aborto e a criminalização da homofobia.

Desenvolvimento Regional e Sustentável. O Desenvolvimento Sustentável será um dos eixos centrais do Programa de Governo Ele impõe uma estratégia de transição do atual padrão de desenvolvimento regional e socialmente desigual, baseado na super-exploração dos recursos naturais e na baixa agregação de valor aos produtos primários, para um novo, que valorize as vantagens comparativas de país mega-diverso, fortaleça seu mercado interno, reforce a capacidade criativa e inovadora da sua força de trabalho, revitalize suas cidades, enquanto espaço de trabalho, convivência e lazer - para gerar bem estar para o nosso povo.

Isso deve se expressar em metas qualitativas e quantitativas de ganhos progressivos de sustentabilidade econômica, social, ambiental, étnica e ética nas políticas públicas da macroeconomia, do crescimento econômico, da política urbana, da redução da pobreza, da universalização dos serviços públicos da seguridade social, da equalização das oportunidades para todos e todas, sem discriminação de raça, classe, gênero ou região e de proteção e uso sustentável dos ecossistemas naturais. No segundo mandato dar-se-á continuidade e profundidade a uma política da redução das desigualdades regionais, por meio de um tratamento diferenciado das distintas regiões e, dentro delas, das áreas mais postergadas. Para tanto, será fundamental o incremento das parcerias do

governo federal com os outros entes federativos, de modo a somar esforços e direcionar melhor as suas ações para a solução dos problemas específicos que atingem cada parcela do nosso território. Essa orientação caminhará paralelamente à ampliação da política de proteção ambiental do primeiro mandato, através de ações transversais que impregnem as iniciativas do conjunto do Governo.

Integração sul-americana e projeção no mundo. O projeto nacional de desenvolvimento do Brasil caminha junto com uma política de integração que permita não só a formação de um grande mercado sul-americano, começando pelo Mercosul, mas também uma efetiva articulação de nossas economias por meio de políticas industriais, agrícolas e de ciência e tecnologia combinadas. Buscamos soluções regionais para construir uma infra-estrutura que unifique nosso espaço comum, garanta nossa segurança energética, aproxime nossas culturas e implemente políticas sociais articuladamente. Vamos continuar avançando na formação de parlamento regional, de instituições políticas e jurídicas que permitam construir uma Comunidade Sul-americana de Nações próspera, pacífica, livre, democrática e soberanamente inserida no mundo. Para construir essas alternativas é fundamental combinar as iniciativas de integração regional com medidas macroeconômicas inovadoras que rompam com a hegemonia neo-liberal na região. A América do Sul será o eixo central da política externa brasileira que continuará implementando a aproximação do país com a África, dialogando com o mundo árabe e fortalecendo alianças com os grandes países emergentes do Sul do mundo, ao mesmo tempo em que mantém relações equilibradas com as grandes potências. O Brasil aprofundará sua luta por um comércio justo, por uma mudança na relação de forças internacional que assegure um mundo de paz, multilateral, menos desigual política, econômica e socialmente.

Cultura, educação, ciência e tecnologia e comunicação democrática. Um grande projeto de Nação passa pela educação de qualidade, ciência e tecnologia, criação e difusão cultural. Essa pode ser uma meta síntese. O próximo governo dará impulso particular a grande reforma da educação já em curso no país. A entrada em vigor do FUNDEB permitirá a efetiva democratização do sistema educacional, pois garantirá qualidade da escola pública. Prosseguirá sua política de democratização da Universidade brasileira, dando continuidade à expansão de novas Universidades e de novos campi, investindo na melhoria salarial de professores e pesquisadores e carreando mais recursos para a investigação

científica. O PRO-UNI continuará garantindo maior acesso ao ensino superior, particularmente aqueles que foram excluídos das universidades por sua condição social e étnica. A Universidade e os centros de investigação científica, em sintonia com as grandes diretrizes das políticas industrial, científica e de inovação tecnológica lançadas no atual Governo, contribuirão para uma mudança de qualidade em nosso desenvolvimento. Esses fatores, somados aos continuados esforços de inclusão social, colocarão o Brasil no caminho de uma sociedade de conhecimento, apta a enfrentar os grandes desafios colocados pelo mundo de hoje. A política cultural prosseguirá seu esforço de socialização dos bens culturais e de resgate dos grandes valores da civilização brasileira. O fomento à atividade cultural receberá crescente apoio orçamentário e de fundos públicos, socialmente controlados e direcionados a projetos selecionados mediante editais. O mecanismo público de financiamento à cultura deve integrar o Sistema Nacional de Cultura. É possível a convivência, em sistemas híbridos de financiamento, entre fundos públicos e recursos privados obtidos a partir de renúncia fiscal, regulada por leis (aperfeiçoadas) de fomento à cultura.

A política de comunicação será construída com a democratização do acesso aos meios de produção audiovisual e impressos com vistas a promover o debate público e plural e a diversidade cultural brasileira. Esta política passa: pela implantação de um sistema democrático de rádio e TV digital a partir de novo marco regulatório para o setor e que contribua para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e política industrial nacionais; pela continuidade e ampliação dos programas de inclusão digital com base no conhecimento livre e compartilhado; e pela promoção da produção e difusão cultural popular, comunitária, independente e regionalizada.

O debate do PG na sociedade. Essas diretrizes apontam para os eixos fundamentais do Programa de Governo 2006. Antes mesmo do 13º. Encontro Nacional do PT, elas diretrizes foram discutidas com movimentos sociais, intelectuais, partidos aliados e, evidentemente, com a base do PT. Essa elaboração será beneficiada pelo conhecimento dos grandes problemas nacionais que está concentrado nos órgãos do Governo, nas universidades, nas associações empresariais, nos sindicatos, nas ONGs e em um sem-número de organizações da sociedade civil. Passado o Encontro Nacional, o PT deve realizar um debate com os partidos aliados, além de dar continuidade ao debate programático com a sociedade. A interlocução com o candidato à Presidência da República será elemento essencial para o perfil definitivo do Programa. O

Programa de Governo, como elaboração coletiva, não deve ser apenas um conjunto de propostas de mudanças econômicas, políticas e sociais. Será o desenho de um país que queremos e podemos construir. Um instrumento de luta dos que querem assegurar as conquistas que obtivemos, para lograr as transformações com que sonham milhões de brasileiras e brasileiros.

São Paulo, abril de 2006.



MOÇÕES

Moção de Solidariedade ao Povo Cubano

O 13º. Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores afirma sua solidariedade ao povo cubano, em particular aos "Cinco Patriotas" condenados em dezembro de 2001 pela justiça de Atlanta, sob falsas acusações de espionagem.

Os Cinco, como são conhecidos, foram detidos quando buscavam informações em Miami com o fim de prevenir e alertar as autoridades de Cuba e até dos Estados Unidos de planos terroristas que insistentemente são arquitetados contra pessoas e bens cubanos, com a complacência dos serviços de inteligência norte-americanos.

Só para citar dois dos mais notórios atentados terroristas perpetrados por organizações sediadas na Flórida, lembramos a criminoso explosão em pleno vôo de um avião civil cubano em frente às costas de Barbados, que custou a vida de 73 pessoas inocentes e da morte de um turista italiano decorrente da detonação de bombas em hotéis de Havana.

Documentos da CIA recentemente desclassificados dão conta da participação nesses atentados de Orlando Bosch e Luis Posadas Carriles, que continuam gozando da proteção das autoridades estadunidenses.

O caso dos Cinco teve origem nos dias 16 e 17 de junho de 1998, quando as autoridades de Segurança de Estado cubano, em um intercâmbio com o FBI, entregam 230 páginas sobre as atividades terroristas contra Cuba. O FBI reconhece estar impressionado pela abundância de provas e responde que dará

resposta em duas semanas. A resposta é a detenção dos cubanos em 12 de setembro de 1998.

Em 27 de maio de 2005, o Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas declarou arbitrária a detenção dos Cinco e instou o governo dos Estados Unidos a adotar de imediato as medidas necessárias para solucionar a situação.

A luta pela libertação dos cinco cubanos - Gerardo Hernández, Ramón Labañino, Antonio Guerrero, Fernando González e René González - presos injustamente em cárceres dos Estados Unidos e condenados a penas draconianas, significa de fato uma batalha pela justiça, pelos direitos humanos e contra o terrorismo.

O XIII Encontro Nacional do PT afirma, portanto, seu apoio à luta e as mobilizações pela libertação dos cinco patriotas cubanos, presos nos cárceres dos Estados Unidos, por suas ações em defesa da soberania de Cuba.

Moção pela apuração do assassinato do companheiro Anderson

Nosso companheiro Anderson Luis Souza Santos, militante do PT do Rio de Janeiro, presidente do Sintrafrio-RJ e diretor da CONTAC/CUT, foi assassinado com 2 tiros no peito no último dia 10, em São João do Meriti (RJ), onde residia.

O 13º. Encontro nacional do Partido dos Trabalhadores se dirige às autoridades para exigir que providências no sentido de que toda a verdade sobre esta bárbara execução de um de nossos militantes apareça e os culpados, seus executores e mandante, sejam punidos.

EXIGIMOS TODA VERDADE SOBRE O ASSASSINATO DE ANDERSON LUIZ!

IMEDIATA APURAÇÃO E PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS!

Companheiro Anderson, Presente!

Moção ao CONARE

O 13º. Encontro Nacional do PT dirige-se ao CONARE (Conselho Nacional de Refugiados) apelando para que seja concedido status de refugiado a Olivério Medina.

Este apelo baseia-se em três motivos principais:

- a) Olivério Medina é casado com uma brasileira;
- b) caso não receba o status de refugiado, corre o risco de ser extraditado para os Estados Unidos;
- c) o Brasil tem uma tradição de conceder asilo por razões humanitárias.

Moção sobre a NÃO privatização das BRs 101 e 393

O Encontro estadual do PT/RJ apóia a mobilização popular contra a privatização e/ou concessão das rodovias BR 101 E BR 393, que estão no projeto de privatização do Ministério dos Transportes.

O PT/RJ rejeita estes projetos que atacam o direito das populações locais, principalmente São Gonçalo e Itaboraí, entre outras cidades que serão prejudicadas e divididas pelos famigerados pedágios que só engordam os lucros das empresas concessionárias.

Encaminhamos ao Governo federal e ao Ministério dos Transportes que retire, de imediato, os projetos privatistas contra a população do estado do Rio de Janeiro. A bancada do PT na ALERJ já encaminhou documentos contra a privatização e a construção dos pedágios na BR 101 E 393, bem como tem debatido projetos que retiram a concessão e mantêm as rodovias como próprios públicos.

Moção de repúdio a empresa AMPLA

O 13º Encontro Nacional do PT aprova uma moção de repúdio contra a empresa AMPLA, fornecedora de serviços de energia elétrica em 66 municípios do estado do Rio de Janeiro. Nos manifestamos contra a instalação de chips que alteram as contas de tarifas de energia elétrica em até 1.000%, substituindo os medidores e dificultando o acesso dos consumidores a leitura do consumo diário.

Moção sobre a criminalização dos Movimentos Sociais

O 13º Encontro Nacional do PT decide que seja realizada, pelo Partido dos Trabalhadores, sob o comando da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, em caráter imediato, uma campanha contra a Criminalização dos Movimentos Sociais.

Esta criminalização vem sendo desenvolvida por vários meios de comunicação de massa e por setores das elites do país, como se vê por exemplo nos ataques e indiciamentos contra João Pedro Stedile e diversas companheiras militantes da luta pela terra.

Moção de revalidação de diplomas de médicos brasileiros formados em Cuba

O 13º. Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores,

Considerando:

- 1) a solidariedade da Republica de Cuba com os países latinoamericanos e africanos, aos quais são concedidas, anualmente, centenas de bolsas integrais de estudo, para ensino superior, mais da metade para a área de Medicina;
- 2) que o Partido dos Trabalhadores é um dos vários partidos ou movimentos sociais, em nosso país, responsáveis pela pré-seleção dos(as) jovens bolsistas beneficiários do gesto solidário de Cuba;
- 3) que a imensa maioria desses/as jovens, quando regressam ao Brasil com o respectivo diploma, são impedidos, por barreiras burocráticas e econômicas, de revalidarem seus diplomas;
- 4) que a redação do texto do *Ajuste Complementar* ao Acordo de Cooperação Cultural entre os dois países, iniciada a partir da histórica visita do Presidente Lula à Cuba, em 23 de setembro de 2003, não foi até o momento finalizada e aprovada, entre outros motivos por dificuldades criadas pelos lobbies interessados em perpetuar a mercantilização e elitização da Medicina no Brasil;

RESOLVE:

- 1) realizar trabalho de sensibilização da opinião pública em favor da revalidação dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba, tendo em conta a grande contribuição que esses companheiros e companheiras podem dar ao nosso sistema público de saúde, em particular no fortalecimento da medicina preventiva e no

atendimento aos 500 municípios brasileiros que não têm um médico sequer para atender à população local;

2) mobilizar os dirigentes e militantes do Partido e das forças políticas aliadas, bem como as nossas bancadas de parlamentares, para apontar saídas para a questão, visando à imediata incorporação dos(as) jovens médicos brasileiros formados em Cuba ao mercado de trabalho, permitindo, inclusive que prestem concurso público para se incorporarem ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Moção de repúdio ao PPS

O Partido dos Trabalhadores repudia o movimento pró-impeachment desencadeado oficialmente pela direção nacional do PPS. Destacamos que nem mesmo os partidos da oposição de direita tiveram esta postura em relação ao Presidente da República e em relação ao nosso governo.

O XIII Encontro Nacional do PT recomenda que a atitude do PPS seja levada em consideração, pelos Diretórios Estaduais e pelo Diretório Nacional, quando forem deliberar sobre a política de alianças.

Moção Sistema de Rádio e TV Digital

Nós, delegados e delegadas reunidos no 13º. Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado entre os dias 28 e 30 de abril de 2006 em São Paulo, consideramos fundamental somar esforços para participar politicamente do processo de digitalização do rádio e da TV.

Defendemos a necessidade de respeito aos princípios dispostos no decreto 4901 de 2003, tais como a democratização da informação, o aperfeiçoamento do uso do espectro de radiofrequências, a inclusão social e a regulamentação dos artigos constitucionais que proíbem os monopólios e oligopólios, obrigando legalmente a instituição de um sistema público de comunicação.

Defendemos um sistema Brasileiro de TV Digital, que incorpore as inovações produzidas pelos pesquisadores brasileiros, que faça com que o Brasil se torne um país autônomo e independente tecnologicamente.

Temos a convicção de que nas decisões acerca da implantação da TV Digital no país reside boa parte do futuro de nossas mídias. Como nação, decidiremos se queremos democratizar as mídias, se queremos uma legislação que prepare a nação para os desafios da convergência tecnológica e se queremos que milhões de pessoas participem do maior programa de inclusão digital da história brasileira. Decidiremos, sobretudo, se queremos impulsionar a produção audiovisual, garantindo a representação na mídia da diversidade cultural regional brasileira.

Essas decisões podem ajudar o país a se desenvolver sob o prisma do interesse público, evitando opções e erros históricos cometidos na formação do sistema brasileiro de radiodifusão, que geraram o aprofundamento de nossa dependência econômica em relação aos países desenvolvidos e um processo de concentração da mídia que sufoca a cultura nacional e criminaliza os movimentos sociais.

Acreditamos que uma definição criteriosa, que conte com a participação dos diversos setores envolvidos no processo, fará com que o Brasil tenha reais condições de desenvolver um sistema de comunicações que seja plural, diverso e verdadeiramente democrático, que inclua os milhões de cidadãos e cidadãs hoje excluídos do processo de produção e difusão de informação. Neste sentido, consideramos fundamental a ampliação do debate com o envolvimento dos setores interessados nas diversas etapas do processo.

Nosso Partido sempre se fez presente na luta do povo brasileiro por um País mais democrático e com a participação ativa da sociedade civil e como tal, nós, delegados e delegadas deste encontro não poderíamos deixar de nos manifestar e orientar a nossa bancada federal e nosso Governo sobre esta luta.

Moção sobre o reconhecimento do Setorial de Pessoas Portadoras de Deficiências

Os/as militantes do setorial da Pessoa Portadora de Deficiência vêm ao 13º Encontro Nacional do PT manifestar sua posição de que a direção partidária nacional, nestes últimos anos, não manifestou claramente o reconhecimento político dos setoriais, em particular do Setorial de Pessoas Portadoras de Deficiências.

Com isto, não assegurou estruturas de funcionamento capazes de produzir políticas públicas em cada setor, além das experimentadas em administrações e já previstas nas regulamentações institucionais, perdendo a possibilidade de dar um salto de qualidade em sua formulação.

Sobre o governo federal, o setorial PPDs, manifesta seu descontentamento com a falta de intersetorialidade entre os ministérios, não permitindo o desenvolvimento de políticas públicas para o setor de Pessoas Portadoras de Deficiências. Isso se agrava com a continuidade em nossa gestão de políticas iniciadas no governo FHC e que não têm respaldo deste setorial.

Moção sobre a descriminalização do aborto

A construção e fortalecimento do PT foi um marco na luta das mulheres brasileiras. A ascensão dos movimentos populares e sindicais e a reorganização da esquerda brasileira no final dos anos 1970 são simultâneas ao fortalecimento e visibilidade da luta das mulheres no Brasil, que encontraram no Partido dos Trabalhadores um instrumento para potencializar sua organização.

Muitas mulheres abandonaram a esfera privada e ocuparam os espaços públicos, exigindo melhores condições de vida, lutando por emprego, salário, creche, saúde, educação, autonomia sobre seu corpo, respeito a livre expressão da sexualidade, combate ao racismo e pelas liberdades civis. O PT e as mulheres petistas organizaram e estiveram presentes em todas estas lutas, denunciando a desigualdade de gênero, o machismo, a violência doméstica, construindo o movimento feminista no Brasil.

Foi com essa compreensão, expressa em diversas resoluções de nosso Partido, que temos trabalhado nas últimas décadas na luta para a libertação das mulheres. Uma das importantes bandeiras é a descriminalização do aborto.

Neste sentido sempre defendemos o direito da mulher decidir sobre seu corpo e sua vida. Nenhuma mulher é obrigada a fazer aborto, cada uma segue seus valores e religião. Mas aquelas que tiverem uma gravidez indesejada devem ser respeitadas na sua decisão de fazer aborto, sem correr risco de morte ou de ir para a cadeia, sendo asseguradas pelo Estado as políticas públicas que respondam ao atendimento adequado das mulheres nestes casos.

A 1ª Conferência de Políticas Públicas para Mulheres aprovou a revisão da legislação punitiva em relação ao aborto, reafirmando políticas públicas importantes para as mulheres.

Nós, delegados e delegadas ao 13º Encontro Nacional do PT, reafirmamos as posições de encontros anteriores e indicamos que os/as parlamentares de nosso Partido não se somem a conservadores e reacionários para criar uma Frente Parlamentar em Defesa da Vida - Contra o Aborto, demonstrando total desconhecimento da causa e, mais grave, absoluto desrespeito pelas mulheres.

Se a Frente se auto-proclama em defesa da vida, as mulheres do PT e as organizações de mulheres em geral assim também o fazem, na medida em que lutam para que milhares de mulheres em todo o país deixem de morrer ou carregar seqüelas em função de abortos clandestinos, realizados em condições precárias.

Assim sendo, exigimos que os/as parlamentares do PT que participam da Frente Parlamentar em Defesa da Vida - Contra o Aborto retirem seus nomes desse movimento. O acordo partidário em relação a este tema é de que respeitamos as decisões de foro íntimo, entretanto as posições e voto de nossos parlamentares não podem ferir princípios em defesa dos direitos das mulheres.

Respeitamos a abstenção de votos, mas não aceitamos o protagonismo e a participação em ações e movimentos como esta Frente, que violam o respeito à vida das mulheres.

Conclamamos a que todos/as militantes do PT tenham posicionamento firme contra todas as injustiças e discriminações a que estão submetidas as mulheres na sociedade.

Moção sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, foi denunciada pelo PT como uma pilhagem bilionária do patrimônio público, promovida pelo governo do PSDB (FHC e Alckmin).

Outras empresas públicas também incluídas no Programa Nacional de Desestatização, criado por Collor e implementado por FHC; foram igualmente vítimas de um processo que alguns analistas chegaram a denominar de privatária.

A resistência popular impediu que o governo FHC privatizasse a Petrobrás, os Correios, o Banco do Brasil e a CEF. Lula interrompeu o processo de privatizações. E, recentemente, a Justiça deu um passo fundamental, reabrindo os processos jurídicos que pedem a Anulação do Leilão da Vale. A decisão da Justiça baseia-se nos vícios identificados nos editais de licitação e o preço vil adotado na privatização.

O 13º. Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores recomenda a toda a militância do PT que divulgue amplamente a decisão da Justiça, ajudando a criar as condições políticas para que a decisão judicial seja a mais rápida possível e que reverta os prejuízos causados aos interesses públicos pelo processo de privatização.

Moção sobre a VARIG

A Varig é uma empresa nacional com grande importância para a aviação brasileira.

A Varig teve sua situação financeira ao longo dos últimos anos agravada por problemas gerenciais das suas direções e pela política irresponsável do período Collor para o setor.

Ao longo dos 8 anos do governo FHC não se constituiu uma solução efetiva o que determinou a piora progressiva da situação. Ao assumirmos o governo do Brasil nos defrontamos com esta herança.

O Partido dos Trabalhadores tem consciência que o governo do Presidente Lula tem feito muitos esforços para manter a Varig operando, prova disto é que mais de 70% da dívida da empresa é com a União (INSS, impostos, BR distribuidora e Infraero).

O Partido dos Trabalhadores defende que o governo do presidente Lula, em consonância com o Poder Judiciário responsável pelo processo de recuperação da Varig, como demais credores e com os governos estaduais devedores da empresa, continue buscando todas as alternativas no sentido de encontrar uma solução que mantenha a empresa operando, com os seus postos de trabalho e controlada por capital nacional.

São Paulo, 28 a 30 de abril de 2006.

13º. Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores